



A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E A EVOLUÇÃO DA MULHER: EMPODERAMENTO E CRESCIMENTO PROFISSIONAL FEMININO¹

Gleickely Reis Silva²

Analice Sousa Gomes³

RESUMO: A mulher vem se fortalecendo e profissionalizando como nunca antes observado. Os obstáculos históricos foram superados ou minimizados de modo que novos horizontes pudessem ser vislumbrados e atingidos por novas profissionais. A constituição histórica social do mercado de trabalho marginalizou as mulheres por longo período, afastando qualquer tentativa ou menosprezando as superações femininas. Ocorre que a insistência, persistência e profissionalismo, características que as mulheres possuem de maneira singular, fez com que o mercado tornasse mais acessível ao trabalho da mulher, e mais até, que o mercado de trabalho necessitasse destas profissionais. O escopo deste artigo científico é analisar a trajetória sociocultural da contabilidade e da mulher, de modo a culminar na situação relativa à atuação da mulher contabilista no mercado de trabalho. O presente trabalho é desenvolvido através da pesquisa bibliográfica e documental, sendo utilizado ainda o método lógico de organização dialético-dedutivo, pois possui abordagem do aspecto geral para o particular. Inferiu-se da pesquisa que a mulher tem se destacado academicamente e no meio laboral, de modo a romper paradigmas, ultrapassar preconceitos e alcançar objetivos antes imagináveis em decorrência dos limites impostos.

PALAVRAS-CHAVE: História da Contabilidade. Mercado de Trabalho. Mulher Contabilista.

ABSTRACT: Women are becoming stronger and more professional than ever before. Historical obstacles were overcome or minimized so that new horizons could be envisioned and reached by new professionals. The historical social constitution of the labor market has marginalized women for a long period, dismissing any attempt or underestimating female overcoming. It turns out that the insistence, persistence and professionalism, characteristics that women have in a unique way, made the market more accessible to women's work, and even more so, that the labor market needed these professionals. The scope of this scientific article is to analyze the socio-cultural trajectory of accounting and women, in order to culminate in the situation regarding the performance of women accountants in the labor market. The present work is developed through bibliographic and documentary research,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara/FAJ, como parte obrigatória para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara. E-mail: gleickelyreissilva@gmail.com.

³ Professora Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: analice-jussara@hotmail.com.

being still used the logical method of dialectic-deductive organization, since it has an approach from the general aspect to the particular. It was inferred from the research that women have excelled academically and in the work environment, in order to break paradigms, overcome prejudices and achieve goals previously imaginable due to the imposed limits.

KEYWORDS: Accounting History. Labor market. Accountant Woman.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade ao longo do tempo mostrou-se indispensável. Ainda que tenha havido a divisão entre pessoa jurídica e pessoa física, a contabilidade manteve-se, em outras palavras, ao contribuir com o gerenciamento das atividades financeiras a contabilidade demonstrou sua eficácia, tornando-se uma ciência consolidada, com diversos campos de atuação, e que, em meio à globalização digital, tem vivenciado verdadeira expansão tecnológica.

Assim como ocorrido em todos os segmentos do mercado de trabalho, na vertente contábil a mulher também foi menosprezada. E por este motivo sua inserção como profissional contadora é considerada recente, embora, de fato seja significativa. Neste sentido faz-se lógico traçar um paralelo entre a história da contabilidade e da mulher como profissional da área, vez que tal profissão é considerada, erroneamente, masculina.

As exigências e mudanças integrantes de um contexto globalizado requerem da mulher contabilista maior atenção a sua volta. A representatividade feminina no mercado de trabalho se mantém em crescente desenvolvimento, adquirindo, portanto, papel importante e que deve ser reconhecido. Dessa forma, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho não ocorreu automaticamente, e sim, mediante inteligência e persistência, de modo a ultrapassar barreiras.

A busca pela participação efetiva da mulher ocorre em movimentos sociais, religiosos, políticos e comunitários. O fato é que, a todo o momento, a mulher necessita se reafirmar, provar seu valor e, sobretudo, lutar por um justo tratamento igualitário. Ao longo do tempo e com a transposição de grandiosas barreiras, o direito ao trabalho extra-lar fez com que a mulher experimentasse a independência financeira, e desde então, o mercado de trabalho e a sociedade como um todo nunca mais regressou ao seu *status quo*.

Por esse viés, a presente análise é desenvolvida através do método de pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico, baseando-se, principalmente, nos conhecimentos dos seguintes autores: Luciana Cramer (2009), Guacira Lopes Louro (1996), Patrícia

Tramontin Tonetto (2012), dentre outros. E ainda, através da pesquisa bibliográfica e documental, que consiste na análise de obras, monografias, artigos científicos e revistas especializadas que abordam o crescimento da mulher no mercado de trabalho, de modo especial da mulher contabilista.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo discutir o percurso da contabilidade como campo profissional e a inserção da mulher na ciência contábil, formando um paralelo entre as histórias e evolução de tais, demonstrando, desse modo, a importância da mulher no mercado de trabalho e no contexto de atuação contábil.

2 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE: ASPECTOS GERAIS

Normalmente afirma-se que Frei Luca Pacioli foi responsável pelo nascimento da contabilidade, através de sua obra *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*. Todavia, descobertas arqueológicas remontam o surgimento da contabilidade ao período pré-histórico. O desenvolvimento da contabilidade como ramo do conhecimento pode ser subdividido, em quatro períodos, quais sejam: a) mundo novo; b) sistematização; c) literatura; e, d) científico (SÁ, 1997, p. 13-14).

Quanto à contabilidade no primeiro período, entende-se que o mesmo perdurou dos primórdios da humanidade até o ano de 1.202 da era cristã. Considerando as primeiras civilizações existentes há aproximadamente seis mil anos, iniciando o movimento de formação das sociedades, sendo a primeira a da Mesopotâmia, em 3.500 a.C. (SCHMIDT, 2000, p. 11). Com o desenvolvimento das civilizações da época, excedentes agrícolas criaram vagas de emprego junto à manufatura e ao comércio. Iniciava-se a urbanização da humanidade.

A partir de então o sistema político formou-se, tendo primordialmente, duas classes: a governante e os governados. Através da exploração econômica do trabalho alheio, da cobrança de impostos mediante controle político, militar e religioso, a classe governante iniciou a monopolização das riquezas (BUESA, 2010, p. 01). O sistema possuía o controle de riquezas, o qual era realizado pelos escribas, pessoas treinadas para tal fim.

A evolução do trabalho e da escrita possui ligação direta com a contabilidade. No que se referem à escrita os signos foram sendo simplificados ao longo do tempo, a escrita cuneiforme, por exemplo, surgida na Mesopotâmia, consistia em escrever na argila com um estilete em forma de cunha, tal sistema perdurou por bastante tempo e foi considerado bem-

sucedido (PINSKY, 2003, p. 65). Com a numeração ocorreu processos semelhantes.

A priori fazia-se um traço para cada unidade numérica, porém, com o aumento da quantidade de unidades a necessidade de determinar sinais específicos para números maiores se tornou latente, assim, surgiu o sistema decimal. Todavia, o sistema sexagesimal foi predominantemente utilizado, sendo, por exemplo, a linguagem numérica da Suméria por volta dos anos 2.500 a.C. (BUESA, 2010, 10). No período mais elementar da escrita, os Incas, povo peruano, utilizavam o *quipus* para fazer contas, que nada mais eram que cordinhas com fios coloridos (HIGOUNET, 2003, p. 52).

A escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria. Quando se adentra na história da contabilidade, quatro mil anos a.C., aproximadamente, em uma época em que não havia moeda, escrita formal e até os números, observa-se o homem pastor, executando uma contabilidade rudimentar, tentando refletir quanto aumentou seu rebanho de um inverno para o outro, comparando o número de pedrinhas entre os dois períodos. A rigor, o homem fez um inventário há um ano e outro inventário agora. [...] De forma muito rudimentar, poderíamos dizer que os inventários estariam correspondendo aos balanços anuais (IUDÍCIBUS & MARION, 2002, p. 23).

Até o século XV diversos mecanismos rudimentares eram utilizados para dar forma à escrita, foi então que, com a invenção da imprensa e a criação de máquinas de escrever, os instrumentos manuais foram substituídos. Neste sentido, juntamente com toda a trajetória da escrita, a contabilidade foi se manifestando de forma empírica (BUESA, 2010, p. 02).

O Segundo período, chamado como Era da Sistematização, possui início em 1.202, principalmente em razão da formação do processo das partidas dobradas, e perdurou até 1494 (SCHMIDT, 2000, p. 85). Trata-se de uma evolução do sistema rudimentar praticado no Oriente Médio no período compreendido de 8.000 a 3.000 a.C., neste sistema fichas de barro com incisões que indicavam, por exemplo, a quantidade de rebanho existente, eram armazenadas em envelopes, os quais continham pelo lado de fora registros que identificavam o seu conteúdo. Colocar as fichas nos envelopes era o mesmo que registrar os ativos, atualmente conhecido como débito de entrada. E por do lado de fora os dados de identificação de cada ficha, seria a atual entrada de crédito (SÁ, 1997, p. 69).

Na Era da Sistematização, ocorrida na Toscana, como uma releitura do sistema acima referido, a difusão das partidas dobradas perdurou até o último momento medieval europeu. Com o surgimento do Renascimento, além da renovação das artes e da literatura, a política e a economia das sociedades evoluíram de modo que as realidades sociais propiciavam maior

acúmulo de bens e riquezas, situação que contribuiu para o crescimento da contabilidade (BUESA, 2010, p. 05).

O momento transformador na contabilidade ocorreu com a publicação da obra de Pacioli, outrora mencionada. Antes da referida publicação a contabilidade era baseada na arte de ter e contar, basicamente um cálculo comercial e a escrituração (SCHMIDT, 2000, p. 75). Tratava-se do registro mecânico da conta, a escrituração era fragmentada e desvinculada.

O livro de Luca Pacioli era uma obra de aritmética que continha apenas um tratado, composto por 36 capítulos, falando sobre a parte contábil, sendo a distinção IX, tratado XI, denominado *Tractatus de computis et scripturis*, que tratava do processo das partidas dobradas, conhecido na época como o método de Veneza. Desse tratado, surgiram alguns legados de suma importância para a Contabilidade, como a definição de inventário e explicações sobre como realizar os registros; a organização dos lançamentos contábeis no *memoriale* (livro no qual as operações eram registradas à medida que iam ocorrendo), no *giornale* (livro diário) e no *quaderno* (livro razão) e a autenticação desses livros como meio para evitar fraudes nos registros; o registro de despesas e receitas e proposta de resultado financeiro levantado no final do ano; o confronto entre os lançamentos do razão e do diário; o sistema de partidas dobradas, entre outros, sem esquecer que evidenciava que primeiro deveria vir o devedor e depois o credor (BUESA, 2010, p. 6-8).

A primeira corrente de pensamentos contábeis é o Contismo, e seu precursor é o monge beneditino Ângelo Pietra. Considerado como período pré-científico, mas ainda na era da sistematização, iniciou-se a preocupação com as razões dos conceitos e não somente com a exposição dos fatos.

O contismo, centrado no problema de evidenciar os saldos das contas a receber e a pagar, e seguindo os princípios ditados pelos primeiros trabalhos escritos sobre técnicas comerciais, seguiu a regra de quem recebe deve e quem entrega tem a haver. As contas, na realidade, representam o conjunto de débitos e de créditos que uma pessoa tem em relação a outra. (SCHMIDT, 2000, p. 30)

Por fim, iniciou-se a era científica, com o intuito de estabelecer teorias e aprofundá-las. As correntes científicas a partir da junção de teorias semelhantes entre si. Neste sentido, diversas escolas do pensamento contábil foram sucedendo à outra, de modo que conhecimentos diversos foram unificando-se, até sedimentar em uma influência definitiva na contabilidade enquanto ciência e como a mesma é conhecida atualmente (BUESA, 2010, p. 07).

Com o crescimento da contabilidade enquanto ciência, identificou-se a necessidade da mesma como parte de um sistema econômico e gerencial financeiro. Foi solidificada, tornando-se necessária para a criação de maneiras diversas de administrar, controlar e ajudar

na tomada de decisões gerenciais.

3 A PREDOMINÂNCIA DA ATUAÇÃO MASCULINA

A ideia de gênero é uma construção social que tem como base noções socioculturais do que significa ser mulher e do que significa ser homem (STREY, 1998, p. 52). Por outro lado, pode ser considerada também uma construção social formada através das relações sociais inerentes às diferenças observadas entre os sexos (SCOTT, 1986, p. 1067). Assim, percebe-se que gênero e sexo possuem conceitos diferentes, pois o primeiro diz respeito a uma construção social e cultural, enquanto o último relaciona-se mais com questões biológicas (LOURO, 1996, p. 585).

Para Foucault (1988, p. 68) o biopoder é elementar ao desenvolvimento do capitalismo e a diferenciação decorrente do sexo é um mecanismo do biopoder, relacionando-os. E em função da sistemática capitalista e para mantê-la fez-se útil criar determinações em relação as pessoas, tornando o processo de sujeição dos indivíduos aos valores deste sistema econômico mais fácil. Valores estes que são responsáveis não apenas por manter o costume econômico vigente, mas também por promover a segregação e hierarquização social, solidificando a hegemonia, inclusive de gêneros (SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2014, p. 271-272).

A ideia de diferença entre os corpos dos homens e das mulheres tornou-se universal, passando a considera-la natural, como se o certo fosse realmente haver esta diferenciação. A questão é que tal “experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (BORDIEU, 2010, p. 17).

Utilizar-se da palavra “gênero” como sinônimo de “mulheres” é uma forma de manter as questões que as envolvem de modo mais objetivo com uma perspectiva neutra. A terminologia utilizada cientificamente pelas ciências sociais é proposital, haja vista que desta forma dissocia-se da política do feminismo. Assim, gênero inclui as mulheres, porém não as nomeia (SILVA, 2016, p. 46).

Desta feita, entende-se que “masculino não significa homem, como também feminino não é sinônimo de mulher” (SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2014, p. 273). Trata-se de uma produção social que vai além do sexo biológico, sem ter, necessariamente, relação com este. A construção social que coloca diversos sujeitos em uma posição antagônica se mantém

em razão da hegemonia masculina heteronormativa. Homens opostos às mulheres, homens antagônicos aos homossexuais, dentre outros.

A depreciação do que não se encaixa no padrão preestabelecido é sumariamente sinônimo de ignorância. Homens que possuem opção sexual pelo mesmo sexo, os *gays*, ao longo da história foram colocados em um lugar sociocultural em que se opunha ao conceito de masculinidade, sendo associados ao feminino (EDWARDS, 2004, p. 89). Todavia, esta realidade se compõe ao vasto grupo de ações decorrentes da misoginia, pois, não há que se falar em um único padrão a ser seguido, principalmente um padrão estético comportamental (SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 102).

O ambiente de laborativo produziu ao longo da história a masculinidade ideal, realçando ainda mais, a já existente supremacia masculina, de modo que a dominação iria além do masculino-feminino. A própria dominação entre o masculino hegemônico e as outras formas de masculino passou a ser revelada no ambiente laboral (SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2014, p. 269). Neste sentido, certo é que há a ideia de supremacia masculina em todos os locais, todavia, masculinidade não é algo fixo, sendo modificada em decorrência do tempo e lugar.

As questões da vida cotidiana são tomadas como independente do gênero. Todavia, trata-se de hipocrisia sócio cultural. O mesmo acontece com o discurso sobre empreendedorismo, tido como uma atividade plural, em que gênero, raça e credo, por exemplo, não interferem. Não é o que acontece. O empreendedorismo é oriundo do pensamento neoliberal cujo modo de alcançar os objetivos é o da meritocracia, ou seja, os frutos obrigatoriamente dos esforços pessoais, concebendo tal atividade como masculina, em essência (SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2014, p. 283). Portanto, mulheres que empreendem são consideradas deficientes na atividade, chamadas de “homens incompletos” (AHL; MARLOW, 2012, p. 58).

Existe, portanto, na perspectiva de Devreux (2005, p. 85-96), a divisão do poder baseada na divisão sexual do labor e na categorização social. Sendo exercida por diversos fatores que se relacionam com a divisão sexual do trabalho, na categorização permanece a invenção, criação e reafirmação de categorias previamente sexuadas. Exemplo nítido do exposto acima é o que ocorre na medicina, conforme pesquisa realizada em 2009, por Luciana Cramer, publicada no XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, em que se verificou o seguinte: i) os pacientes confiam mais na medicina exercida por homens; ii) a maior parte dos cargos de direção de instituições hospitalares são exercidas por homens; iii) profissionais de enfermagem, quando homens, são

vistos como homossexuais ou efeminados; e, iv) as mulheres ocupam em geral as posições de gerência e chefia de nível intermediário. Em decorrência da divisão de gênero no trabalho este ambiente é determinado como território masculino, culturalmente analisando.

Mesmo a discussão sobre gênero nas ciências sendo recorrente há diversas décadas, apenas em 1992 ocorreram as primeiras publicações a respeito da temática relacionando-a com a contabilidade. Os artigos da época discorriam sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres quanto ao ingresso na profissão, inclusive relacionadas à própria formação e aprimoramento na área científica da contabilidade. Eram encontrados ainda discussões acerca da objeção social em aceitar a mulher como contabilista e a facilidade com que era aceita como escriturária, posição vista como inferior socialmente (STREY, 1998, p. 59).

Em uma pesquisa realizada por Claire Dambrin e Caroline Lambert, em 2012 no Reino Unido, verificou-se que os temas de publicações em jornais e revistas que relacionavam a contabilidade e a mulher eram em suma sobre “exclusão das mulheres em posições de prestígio, história da contabilidade que marginaliza a mulher e a análise de várias minorias” (DAMBRIN; LAMBERT, 2012, p. 13).

Atualmente o Brasil possui 518.876 profissionais ativos junto ao Conselho Federal de Contabilidade, entre contadores e técnicos contábeis, deste total 42,78% é do sexo feminino, ou seja, 221.981 mulheres atuam no ramo da contabilidade atualmente, nestas categorias (CFC, 2020). E, cabe ressaltar que 164.376 são de fato contabilistas. Mesmo com o número expressivo a realidade no ambiente contábil remonta o século passado. Os problemas enfrentados pelas mulheres na área da contabilidade, assim como nas demais áreas laborais, envolvem a falta de valorização real das suas capacidades laborativas, dificuldades de progressão na carreira, e ainda, problemas físicos e psicológicos (SILVA; ANZILAGO; LUCAS, 2015, p. 26).

4 O EMPODERAMENTO PROFISSIONAL FEMININO NA CONTABILIDADE

Mesmo com a evolução e todas as vitórias vivenciadas pelas mulheres, diversos desafios e dificuldades ainda são encontrados. Mesmo com diversas posições de destaque no mercado laboral a mulher não deixou de ser responsabilizada pelas tarefas domésticas ou outras consideradas socialmente como inerentes a estas. A busca pelos direitos e posteriormente por sua efetivação é constante por parte das mulheres, de modo a garantir efetivamente a igualdade garantida pela Constituição Federal de 1988, por exemplo.

A partir dos anos 90 o mercado de trabalho, em razão do maior grau de escolaridade

da mulher, se manteve cada vez mais receptivo.

Para as mulheres, a década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento de sua participação no mercado de trabalho e o aumento da sua responsabilidade no comando das famílias. A mulher que representa a maior parcela da população viu aumentar nesta época, o seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a diferença salarial em relação aos homens. Dentre os resultados dos estudos realizados pelo IBGE (2005) sobre as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras, cabe destacar os seguintes aspectos: A renda média das trabalhadoras passou de R\$ 281,00 para R\$ 410,00. As famílias comandadas por mulheres passaram de 18% para 25%. A média de escolaridade das mulheres, que são “chefes de família”, aumentou, em um ano, de 4,4 para 5,6 anos de estudos. A média salarial passou de R\$ 365,00 para R\$ 591,00, em 2000 (RAQUEL, 2008, p. 24).

Habilidades profissionais que envolvam dedicação, sensibilidade e gerenciamento de situações que requerem emoção, características, em suma, exclusiva das mulheres, têm sido cada vez mais necessitadas e valorizadas por organizações. Porém, não é o bastante, também é preciso dedicação e capacitação.

A sociedade, atualmente, apresenta várias oportunidades de crescimento profissional, as quais estão sendo disputadas por profissionais cada vez mais qualificados. Para se destacar é preciso ser cada vez melhor nas atividades que lhe são atribuídas. É preciso conhecer todos os aspectos relacionados com o ramo da empresa que se trabalha, para poder aplicar os conhecimentos em benefício da empresa, podendo gerar assim resultados positivos. [...] O que faz a diferença nas organizações é o ser humano, pois as oportunidades de aperfeiçoamento e a moderna tecnologia já estão disponíveis e acessíveis a todos. Através das qualidades pessoais torna-se possível conseguir melhores resultados frente ao concorrido mercado de trabalho. Então, cabe ao profissional desenvolver e aprimorar suas habilidades de forma que desenvolvam-se suas qualidades pessoais, podendo assim conquistar novas oportunidades de trabalho (RAQUEL, 2008, p. 6).

Frequentemente discursos, principalmente por parte de autoridades do Governo, de políticos ou empresários, fazem menções à meritocracia e a necessidade de se implantar tal método. Desde o início dos anos 2000 tem havido certa movimentação de diversas organizações com o propósito de instaurar a meritocracia como única forma de gerenciar o trabalho, o ingresso, a permanência e a mobilidade do empregado (BARBOSA, 2014, p. 80).

Sob a lógica da pseudo meritocracia existente o que se torna relevante sobre um profissional é a escolaridade, qualificação, atitude cooperativa, envolvimento com objetivos da empresa, compromisso, ou seja, referências atingíveis por qualquer indivíduo, tornando o ingresso e manutenção do emprego aberto a todos, e que dependeriam apenas do desempenho individual, não interferindo qualquer característica não profissional (SILVA, 2016, p. 48).

Neste sentido infere-se da meritocracia institucional que:

[...] a admissão, a mobilidade e a ascensão profissional das pessoas devem ser pautadas pelo seu desempenho na realização das tarefas que lhes foram alocadas nas organizações. Essa lógica fundamenta-se na ideia de que, com base em critérios de seleção, cujas regras são previamente estabelecidas e conhecidas de todos os participantes, como a exigência de um tipo específico de qualificação, se estabelece uma situação igualitária inicial que garante uma igualdade de oportunidade para todos naquela circunstância. As diferenciações que resultarem desse momento inicial são interpretadas como consequência do conjunto de habilidades e talentos de cada um, medido por meio de sistemas de avaliação de desempenho, como provas teóricas e práticas, análise de currículo, entrevistas, entre outros. Nesse sentido, não serão analisados aspectos históricos, conceituais e sociológicos mais amplos da discussão sobre meritocracia no Brasil, nem os fundamentos morais do merecimento individual (BARBOSA, 2014, p. 81).

A teoria da meritocracia é controversa, principalmente quando se verifica dados estatísticos sobre escolaridade, por exemplo. A taxa de analfabetismo no Brasil é maior entre os homens, 6,9% contra 6,3% das mulheres. Quanto ao nível de instrução, novamente as mulheres se encontram melhor capacitadas academicamente. Desde 2016 a proporção de mulheres que concluem o ensino fundamental e médio aumentaram, demonstrando a melhoria em termos educacionais para estes indivíduos. Assim, 51% das mulheres passaram a ter no mínimo o ensino médio completo, em relação aos homens esta porcentagem cai para 46,3% (IBGE, 2020, p. 3).

O tempo médio de estudos entre as mulheres é de 9,6 anos enquanto entre os homens é de 9,2 anos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo IBGE em 2019 e publicada em 2020, literalmente em todas as etapas escolares e acadêmicas, a partir dos seis anos de idade, as mulheres possuem participação efetiva e conclusão maior: a) dos 6 aos 14 anos – 85,8% dos homens frequentavam a escola e entre as mulheres 89,3%; b) dos 15 aos 17 anos – 66,7% dos homens frequentavam a escola e entre as mulheres 76,4%; c) dos 18 aos 24 anos – 30,7% dos homens frequentavam a escola/graduação e entre as mulheres 34,2%. Entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade é importante salientar que 24,5% das mulheres eram estudantes de graduação e 5,1% tinham este grau concluído, em contrapartida apenas 18,4% dos homens estavam na graduação e 3,1% já tinham terminado este grau (IBGE, 2020, p. 9).

Relacionando os aspectos relativos à meritocracia, as estatísticas supramencionadas e a realidade do mercado de trabalho, não se pode admitir que atualmente as mulheres auferam 66% do salário de um homem na exata posição laboral (TONETTO, 2012, p. 68). A pseudo meritocracia se trata apenas de um desvio de responsabilidade e ação no que se refere ao preconceito, patriarcado, desigualdade e demais características de uma sociedade com

princípios falidos. Mesmo a área contábil sendo tradicionalmente determinada como uma profissão composta majoritariamente por homens a mulher tem conquistado seu espaço.

[...] a participação da mulher no mercado de trabalho é cada vez maior e a classe contábil faz parte de todo esse desenvolvimento. Hoje, a mulher está adotando, cada vez mais, uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas também pelas exigências do mundo moderno, que obrigou os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem para uma parceria necessária e enriquecedora (BORDIN; LONDERO, 2016, p. 116).

Inobstante culturalmente a profissão contábil ser vista para o homem heteronormativo, o aumento da participação da mulher na profissão tem feito com que programas e eventos específicos à contabilista sejam criados, de modo a incentivar e valorizar a participação destas, como por exemplo, o Encontro Nacional da Mulher Contabilista, que em 2019 teve a sua 12ª edição (CFC, 2020, p. 1).

As modificações no ambiente negocial exigiram da profissão contábil alterações significativas, como por exemplo, aprimoramento por parte dos profissionais. A mulher contabilista atua em diversas áreas, sendo sócias de empresas de contabilidade, empregadas em controladoria, consultoria, contabilidade geral, entre outros (MOTA; SOUZA, 2014, p. 101). Nesse sentido admite-se que “as mulheres possuem diversas habilidades, como por exemplo, facilidade com cálculos, são criteriosas e meticolosas e estão atentas para os detalhes que envolvem a profissão e demandam atenção com a qualidade do serviço prestado” (TONETTO, 2012, p. 65).

O labor feminino é observado pela proximidade com os clientes e o domínio de múltiplas tarefas realizadas simultaneamente. As habilidades da mulher permeiam diversas vertentes, mas principalmente, como pontos fortes para a aceitação no mercado contábil, “tem a capacidade de compreender diversas situações do dia a dia, resolver conflitos, sendo ainda constante, organizada e detalhista tendo assim um melhor preparo para exercer o relacionamento com o cliente” (TONETTO, 2012, p. 92).

O aumento da representação da mulher da área contábil se dá em decorrência das conquistas femininas na educação, na política e no mercado de trabalho como um todo. Nas diversas modificações que o setor contábil vem passando a inclusão, permanência e evolução da mulher na contabilidade é uma das principais mudanças. A mulher no mercado contabilista dissocia os paradigmas e resta obvio a capacidade da mulher de exercer a profissão (NEVES, 2017, p. 6).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade enquanto ciência possui relevada importância para a sociedade, dada seu campo de atuação. Tornou-se imperioso incluir tal área do conhecimento ao sistema econômico e gerencial financeiro, de modo que solidificou-se como meio de administrar, controlar e promover tomada de decisões. Assim como ocorre nos mais diversos tipos de trabalhos na contabilidade a mulher também teve e tem que superar muitas barreiras.

A predominância da atuação masculina na atuação contábil tem relação direta com a construção social de gênero. A diferenciação das pessoas em decorrência do sexo é um mecanismo do biopoder, importante composto do capitalismo. Com o objetivo de manter a existência do capitalismo e os valores econômicos deste sistema, promoveu-se a segregação e hierarquização das pessoas, de modo que as mulheres foram mantidas em espaço inferior aos homens.

Atualmente 42,78% dos profissionais da área contábil são mulheres e ainda assim questões relacionadas ao preconceito e dificuldades de progressão na carreira ocorrem constantemente. Desta forma a responsabilidade de executar tarefas domésticas, cuidar dos filhos, se profissionalizar e estar ativamente no mercado de trabalho faz parte da realidade da maioria das mulheres.

A escolaridade das pessoas como um todo aumentou, todavia, a mulher tem se sobressaído neste sentido, exemplo do exposto é o tempo médio de estudos da mulher que é de 9,6 anos enquanto do homem é de 9,2 anos. Muito embora insistam em se apegar na falácia da meritocracia infere-se de todo o exposto que mesmo a mulher tendo mais qualificação acadêmica e qualidades sociais e relacionais específicas, encontram barreiras socioculturais que visam impedir a ascensão e o reconhecimento destas.

Inobstante se tratar de uma profissão majoritariamente reconhecida como masculina, diante dos dados estatísticos e da realidade fática, é preciso admitir que em decorrência do aumento de participação da mulher contabilista mudanças significativas estão sendo realizadas com o intuito de incentivar e valorizar a contribuição das referidas. Mais do que um resultado na área contábil, a maior representatividade da mulher na profissão de contadora é oriunda de conquistas femininas nos mais diversos campos normativos, sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

AHL, H., & MARLOW, S. Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: advancing debate to escape a dead end? *Organization*, 19(5), 543-562, 2012.

BARBOSA, Livia. **Meritocracia na sociedade brasileira**. Revista de Administração de Empresas-RAE, 54(1), 80-85, 2014.

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORDIN, P.; LONDERO, R. I. **Atividade Contábil Exercida pela Mulher em Santa Maria-RS**. *Disciplinarum Scientia: Série Ciências Sociais Aplicadas*. Santa Maria. v. 2, n. 1. p.109-121, 2006. Disponível em:<<https://periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1465/1380>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BUESA, Natasha Young. **A Evolução Histórica da Contabilidade como Ramo do Conhecimento**. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*. – Volume 1 – nº 1 – 2010. Faculdade de São Roque. Disponível em:<http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/pdfs/natasha_adm.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

CFC. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero**. 2020. Disponível em:<<https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CRAMER, Luciana. **Relações de gênero, poder e profissão em organizações hospitalares: um enfoque sócioconstrucionista**. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 33, 2009.

DAMBRIN, Claire; LAMBERT, Caroline. Who is she and who are we? A reflexive journey in research into the rarity of women in the highest ranks of accountancy. *Critical Perspectives on Accounting*, 23 (1), 1-16, 2012.

DEVREUX, A.-M. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. *Sociedade e Estado*, 20(3), 561-584, 2005.

EDWARDS, T. Queering the pitch? Gay masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men & masculinities* (pp. 51-68). California: Sage Publications, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução da 10. ed. corrigida Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas Redes do Conceito de Gênero**. Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOTA, Erica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. **A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão**. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto. v. 2, n. 01, p. 19-27, 2014.

NEVES, Fernando Henrique Tavares. **Mulheres na contabilidade: a atuação profissional das egressas do curso de ciências contábeis da FACIP/UFU de 2011 a 2017**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22199/3/MulheresContabilidadeAtua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RAQUEL, Tatiane. **A evolução da Mulher no mercado de trabalho**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/5115/1/a-avolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/pagina1.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. American Historical Review. No. 91, 1986.

SILVA, Cintia do Nascimento.; ANZILAGO, Marcielle; LUCAS; Angela Christina. (2015). **A mulher contabilista nas publicações acadêmicas brasileiras**. Anais do XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP. Recuperado em 20 março, 2016. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos152015/269.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Derley Júnior Miranda; SILVA, Marli Auxiliadora da; SANTOS, Geovana Camilo dos. **Estereótipos de gênero na contabilidade: afinal como a mulher contadora é vista?** In.: ANPCONT, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320617352_ESTEREOTIPOS_DE_GENERO_NA_CONTABILIDADE_AFIMAL_COMO_A_MULHER_CONTADORA_E_VISTA>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Itatiara Meurilly Santos. **Princípio da igualdade e o trabalho da mulher**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, 68, 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6731>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Sandra Maria Cerqueira da. **Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil**. São Paulo: 2016. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03082016-111152/pt-br.php>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, Eloísio Moulin de; BIANCO, Mônica de Fátima; JUNQUILHO, Gelson Silva. **Contestações sobre Masculino no Contexto do Trabalho**: Estudo Pós-modernista em Mineradoras e Siderurgias. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 2, pp. 269-287, Outubro, 2015. Disponível:<<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151545>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA,Eloisio Moulin; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. **(Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho**: a discriminação de homossexuais por homossexuais. Revista de Administração Mackenzie, 14(4), 76-105, 2013. Disponível em:<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3668/4439.doi:10.1590/S1678-69712013000400004>>. Acesso em: 25 out. 2020.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: JACQUES, M. G. C. et. al. **Psicologia contemporânea**. Petrópolis: Vozes. 1998.

TONETTO, Patrícia Tramontin. **A mulher contadora**: o perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do curso de ciências contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2012. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma, 2012.



CASAMENTO E O CONTEXTO PATRIARCAL NO CONTO “AS FORMIGAS” DE AUGUSTA FARO

Female identity in the patriarchal context in the tale “As formigas” by Augusta Faro

La identidad femenina en el contexto patriarcal en el cuento “As formigas” de Augusta Faro

Dayene Pereira do Nascimento

Analice de Sousa Gomes

RESUMO

O presente artigo possui como objeto de análise o conto “As formigas”, da autora goiana Augusta Faro. Essa narrativa apresenta algumas características do gênero fantástico, construindo, por meio do insólito e simbologias, significados que transcendem o real, mas que, sobretudo, desvelam conteúdos que expõem a realidade. Nesse sentido, tomamos como fio condutor dessa pesquisa a discussão que abarca a representação da figura feminina em personagens que, apesar de viverem em contextos dominados por preceitos patriarcais, desejam liberdade e, nesse ínterim, a construção de sua identidade. A análise se baseia na ideologia da superioridade masculina e a presença da mulher como um ser secundário, apresentando o preconceito contra a mulher. O conto retrata a solidão de Dolores, personagem que tem 50 anos de idade e está sozinha, sem um relacionamento estável, motivo pelo qual as pessoas próximas a ela levam-na a pensar que a verdadeira causa de seus “problemas” seria o fato de não ter se casado. Assim, percebe-se que as relações patriarcais são fortemente presentes no conto, bem como seus ideais de dominação. Desse modo, este estudo é baseado em teóricos como Beauvoir (2016), Hollanda (1994), Sartre (2005), Todorov (2014), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento. Mulher. Patriarcalismo. Augusta Faro.

ABSTRACT

The present work has as object of analysis the story "The ants", by the Goverant author Augusta Faro. This narrative presents some characteristics of the fantastic genre, constructing, through the unusual and symbologies, meanings that transcend the real, but which, above all, reveal contents that expose reality. In this sense, we take as the guiding thread of this research the discussion that encompasses the representation of the female figure in characters who, despite living in contexts dominated by patriarchal precepts, desire freedom and, in the meantime, the construction of their identity. The analysis is based on the ideology of male superiority and the presence of the woman as a secondary being, presenting the prejudice against the woman. The story portrays the loneliness of Dolores for being fifty years old and being alone without a stable relationship, which is why the people close to this character lead her to think that the real cause of her "problems" would be the fact not having been married. Thus it is perceived that patriarchal relations are strongly present in the tale, as well as their ideals of domination. In this way, this study is based on theoreticians such as Beauvoir (2016), Hollanda (1994), Sartre (2005), Todorov (2014), among others.

KEYWORDS: Wedding. Woman. Patriarchalism. Augusta faro.

1 INTRODUÇÃO

Augusta Faro apresenta sua coletânea de contos *A friagem* (2001), na qual explora a condição feminina através de treze contos, em que as personagens centrais são mulheres vivendo situações peculiares e distintas. Os contos retratam a fantasia que abarca a representação feminina no contexto patriarcal. As histórias expõem tramas centradas em sangue, dor e sexo. Nesta obra, vê-se o real e o fantástico, o desejo intenso e o tédio, o mundo marcado pela inferioridade da mulher no cotidiano. Como objetivo específico, este trabalho pretende verificar a importância que é dada, pela autora, à sexualidade feminina, por exemplo, a abordagem da representação da mulher no seu desejo sexual reprimido, que se transforma em algo inusitado no conto “As formigas”, desvelando, nessa narrativa (assim como nas demais dessa coletânea de contos), conteúdos sociais e históricos que transpassam a construção da identidade feminina.

Em *As formigas*, é retratado o discurso patriarcal e a representação da mulher por meio da visão de uma autora mulher. Assim, Augusta Faro utiliza a ficção como meio de transcender o real, mas expõe a realidade e revela o discurso de uma visão preconceituosa gerada pela visão patriarcal sobre a mulher. Nesse sentido, Simone de Beauvoir (2016) discute as limitações e cerceamentos sofridos pela mulher no decorrer da história, destacando que a existência feminina era pautada pela sociedade por concepções ideológicas que enfatizavam seu “destino biológico”, perspectiva que pode ser vista nas personagens de Augusta Faro: elas vivem de forma apreensiva, controlada por um poder opressor.

A protagonista de “As formigas” é perseguida para permanecer sob os preceitos patriarcais, ser do lar, ser propriedade do homem, empregada doméstica, sendo privada assim de sua liberdade de escolha. Ao pensar sobre a identidade feminina, nos deparamos com a situação da mulher marginalizada na sociedade. Augusta Faro expõe no seu conto a mulher reprimida que desiste de lutar por sua liberdade e acaba se submetendo a essa concepção regressiva, presente no discurso social, de que a mulher, por ser diferente do homem, deve ocupar um espaço social diferente do dele.

No conto, o papel social destinado à mulher é o da esposa, que engloba também os papéis de dona de casa e mãe. Neste artigo, para mostrar a luta incessante da mulher pelo direito igualitário na sociedade, utilizam-se os pressupostos de Coqueiro (2014), que apresenta a grande influência das ondas feministas para a liberdade de expressão e defesa da igualdade de gênero. Já no terceiro capítulo, com o título a Representação da mulher no conto “As formigas”, de Augusta Faro, parte-se para análise da representação da protagonista Dolores, sua identidade feminina sob a influência das ideias disseminadas pela sociedade, que, geralmente ditadas pelos preceitos

patriarcais, esperam da mulher a obediência ao indivíduo masculino, isto é, uma identidade à sombra e definida pelo homem.

A presente pesquisa, de cunho analítico-interpretativo, se apoia nas ideias de autores como Bessière (2009), Bourdieu (2002) e Coqueiro (2014), entre outros, por meio do método qualitativo e da análise bibliográfica, buscando a verdade das hipóteses levantadas. Dessa forma, apresentam-se como questionamentos: Quais são os pilares que sustentam o patriarcado?; O poder masculino decide a construção social humana?; O papel das mulheres na sociedade patriarcal é o de submissão?; e Os movimentos feministas foram o grande ápice para a igualdade de gênero?

2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO CONTO “AS FORMIGAS”, DE AUGUSTA FARO

Sabe-se que a sociedade foi construída sobre os pilares do patriarcado, cujo preceitos são demarcados pela história e cultura. Com muita luta, as mulheres conquistaram seu espaço na literatura e desconstruíram essa estrutura de tradição patriarcal. Desse modo, as obras de autoria feminina começaram a ser interpretadas e discutidas sobre a necessidade de uma referência do seu próprio ser, como construção de sua identidade social. Diante dessa evolução na construção das narrativas, a autora goiana Augusta Faro apresenta em sua obra *A friagem* (2001), um livro escrito por uma mulher para a diversidade de mulheres, tramas centradas em personagens femininas. Nesse sentido, busca-se analisar o conto “As formigas”.

Nessa narrativa, o enredo apresenta a solidão de Dolores e sua vontade de casar. Mulher de 50 anos, que vive sozinha com a preocupação de lavar exageradamente a boca, Dolores chega a sonhar com a boca cheia de formigas, logo depois decide ir ao médico para saber o que está acontecendo, mas é surpreendida pela resposta do médico: “- De uns tempos pra cá, doutor, só sonho com a boca cheia de formigas. O que é isso? – Falta de casar” (FARO, 2001, p. 12). Essa opinião é compartilhada pelas pessoas em geral, bem como pelo irmão de Dolores. Diante disso, é possível perceber que somente o casamento é a solução para acabar com esses sonhos sobre as formigas. Neste trecho, vê-se claramente a relação patriarcal, a superioridade masculina sobre a mulher é bastante perceptível. A mulher não tem direito de voz, nem de ação, a sujeição feminina é demarcada no momento em que o papel masculino dita as regras, deseja e permite o desempenho da mulher na sociedade, mediante suas vontades, necessidades e princípios, obedecendo a ordens da figura masculina de forma reprimida.

Conforme o irmão e o médico falam, fica mais evidente a autoridade imposta pelo homem sobre a mulher. “- Que nada. Mulher que não tem serviço, não casa, dá nisso. Tem que ter marido e filho para cuidar, senão endoida, cada qual de um jeito” (FARO, 2001, p. 17). Isso demonstra que a mulher só teria uma vida tranquila, em paz, se estivesse casada, o casamento é o destino

tradicionalmente imposto para a mulher, sem ao menos ter direito de opinar ou de decidir sobre seu futuro.

Dessa forma, pode-se verificar que Dolores era destinada ao matrimônio. De acordo com esse ideal, a mulher que assumia seu papel e cumpria as tarefas era vista como uma pessoa “normal”, se acontecesse o oposto ela passaria a ser vista como uma louca, como o caso da 29 protagonista, que sonhava constantemente com a boca cheia de formigas. “- Zé, já falei, vamos levar sua irmã pra tratar noutro lugar maior. Afinal você que ficou responsável por ela. Tadinha!” (FARO, 2001, p. 17). A partir desta fala, observa-se como a mulher é vista na sociedade patriarcal, o relato da experiência de Dolores, uma “solteirona” subjugada pelo ser masculino em que o homem possuía a capacidade de decidir sobre tudo dentro de casa.

É possível perceber no conto o quanto a mulher é submissa ao interesse do homem, que era o “cabeça da casa”. A submissão é estendida, inclusive, no sentido de que a mulher devia aceitar o casamento e o direito natural do poder do homem sobre a mulher. O ser feminino é formado dentro de uma cultura que define qual o seu papel na sociedade. A narradora representa em Dolores o perfil de mulher perturbada, que não consegue ter sua liberdade ativa na sociedade, vivendo de forma reprimida. A protagonista dominada pelo sistema patriarcado vive à sombra do inquestionável.

No conto, o casamento está visivelmente engessado na personagem, que tem uma vida controlada pelas pessoas que interferem na sua felicidade e liberdade, como se para as mulheres o destino já estivesse traçado há tempos e, apesar da vontade de realização pessoal, o convencional estivesse sempre a interromper a vida da personagem. Augusta Faro apresenta a personagem situada em fatos que promovem a imposição social, pois, além do médico e do irmão, outras pessoas concordam com a justificativa de a falta do casamento ser o causador de seu tormento.

A dominação masculina, portanto, pode ser o produto das demonstrações visíveis de autoritarismo exercido pelas vias de razões culturais e históricas, tratando, pois, de convencionar que o ser feminino foi criado para suprir as necessidades do ser masculino, sujeitando-se à ordem social e tendo que seguir os padrões patriarcais. É o caso de Dolores, que, para fugir dessa cobrança conjugal, acaba morrendo, demonstrando a incapacidade de se libertar e se tornar um sujeito ativo.

Gênero fantástico e a obra de Augusta Faro

Segundo os conceitos de Todorov expostos na Introdução à literatura fantástica (2014), o gênero fantástico se serve da irrupção de fatos e seres que fogem às explicações de leis naturais. As incertezas desencadeadas nas personagens e no leitor convergem com o que Todorov (2014) afirma ser a manifestação da hesitação, característica primeira e fundamental do gênero fantástico,

que “ocorre nesta incerteza” (p. 31, grifo nosso), isto é, na percepção de que, apesar de se estar no mundo cotidiano e real, os fatos estranhos e sobrenaturais surgem distantes de possíveis explicações pelas leis do mundo familiar.

O gênero fantástico é permeado de acontecimentos que vão além da realidade. Segundo Todorov (2014, p. 49), “o fantástico se define como uma percepção particular de acontecimentos estranhos”, ou seja, tem participação em obras que exploram o medo, o susto, o sobrenatural, o insólito e suas narrativas são pautadas numa realidade sem lógica marcada pelo absurdo e anormal. Por outro lado, para Sartre (2005), o fantástico não é apenas uma narrativa de entretenimento, como histórias imaginárias contendo vampiro e lobisomem, entre outros personagens, mas trata de assuntos relacionados ao homem atual, como a angústia existencial, opressão e desigualdade social.

A presença do sobrenatural passou a explorar o psicológico, apresentando o interior do sujeito e criando relação com elementos do cotidiano. Segundo Todorov (2014, p. 20), “o fantástico implica, pois, uma integração do leitor com o mundo dos personagens; define-se pela percepção ambígua que o próprio leitor tem dos acontecimentos relatados”, ou seja, o gênero fantástico surge a partir do momento em que a aparição da ambiguidade é retratada no leitor e a incerteza do sobrenatural provoca um sentimento de dúvida. Essa relação do real com o irreal acontece pelo fato de a narrativa ser incompreendida quanto à manifestação do natural e do sobrenatural, pode ser que o leitor se sinta confuso, pois não são deixadas explicações explícitas para os acontecimentos.

Pode-se dizer que os acontecimentos nas narrativas se conciliam com os elementos fantásticos para explicar os fatos. Um dos exemplos de narrativa fantástica é a obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, cujo enredo se baseia na cegueira branca, diferente da cegueira negra, que atinge grande parte da população. Sendo assim, é possível observar o modo como emprega o fantástico nas narrativas, causando perplexidade nos leitores, a forma como os fenômenos sobrenaturais são aceitos no decorrer da leitura como se fossem reais.

Segundo Todorov (2014, p. 82), “o fantástico se apoia essencialmente em uma vacilação do leitor – de um leitor que se identifica com o personagem principal – referida à natureza de um acontecimento estranho”, quando o leitor apresenta uma hesitação em um texto fantástico que promove uma aceitação irracional do evento insólito referente às leis da natureza. Conforme Bessière (2009, p. 5), “A narração fantástica generaliza a contingência do universo, compreendido como natural e o sobrenatural”, pelo fato de que ambos não são contrários e que povoam a realidade, os eventos sobrenaturais são incorporados à realidade cotidiana dos personagens e espontaneamente naturalizados.

Trata-se de um “mundo incomum”, onde o homem se encontra em situações estranhas, diferentes das normais, mas basicamente aceitando os eventos sobrenaturais. 31 Para Sartre, o

fantástico se difere do fantástico de Todorov, pois se relaciona com questões sociais. O fantástico está inserido no mundo em que esse acontecimento também pode se tornar natural, a partir do momento em que o leitor considera esse acontecimento como sobrenatural, tudo torna-se fantástico, relacionado por inteiro com a realidade cotidiana. Dessa forma, Sartre expõe que:

ao humanizar-se, o fantástico se reaproxima da pureza ideal de sua essência. [...] nada de súcubos, nada de fantasmas, nada de fontes que choram – há apenas homens, e o criador do fantástico proclama que se identifica com o objeto fantástico. Para o homem contemporâneo, o homem tornou-se uma maneira entre cem de refletir sobre sua própria imagem (SARTRE, 2005, p. 137).

Como já citado, Sartre afirma que o fantástico contemporâneo está no absurdo. O fantástico está ligado com a luta do homem com o mundo, com os autores do gênero fantástico mostrando a realidade de forma confusa para despertar no leitor uma sensação de alto grau de identificação, portanto, às características do gênero se identificam com os personagens. A literatura fantástica se abre como uma fantasia que projeta enigmas, os quais clamam por decifrações, porque a ordem desse gênero é a falta de limites que permite ao autor não só dar vida ao que não existe, mas também possibilitar que abramos os olhos para enxergar o real através do ilógico.

Como pode ser notado, o fantástico é a forma de apresentar os fatos do cotidiano a ponto de provocar nos leitores uma reflexão sobre as situações sociais, a surpresa diante do sobrenatural que dialoga com problemas reais, fazendo com que o leitor reflita sobre a sua própria imagem. Por isso mesmo, o fantástico está vinculado ao homem do século XX, o homem no seu modo de ser e de agir sobre o mundo. Trata-se da existência do homem que perde seus anseios sem ao menos se dar conta dos problemas que o cercam.

Tratando os elementos insólitos como define a reflexão existencialista do gênero fantástico no ensaio “Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem”, Sartre expõe o homem como propriedade central na construção do fantástico, “não o homem das religiões e do espiritualismo, engajado no mundo apenas pela metade, mas o homem-dado, o homem-natureza, o homem-sociedade [...]” (2005, p. 138).

Em outras palavras, o homem condicionado a uma época de desilusão reflete seus questionamentos sobre sua existência por meio dos acontecimentos insólitos, e estes externam os conflitos que povoam a alma, a essência do homem moderno: seus monstros, fantasmas, medos e metamorfoses. Para Sartre, as narrativas deste gênero no pós-guerra deixaram de lado os elfos, fadas, vampiros e traçaram um retorno ao humano, representando o homem ao avesso, oprimido pelas mais diversas instituições e situações sociais.

No conto de Augusta Faro *As formigas*, presente na obra *A friagem* (2001), é possível perceber os acontecimentos que se deparam com o fantástico, como os “sonhos” de Dolores. No

primeiro momento, a narrativa apresenta a extrema solidão de Dolores, juntamente com a vontade de se casar, por ter 50 anos e viver longos anos sozinha. O segundo momento é quando ela passa a sonhar com a boca cheia de formigas. Neste trecho, está o que pode ser sobrenatural:

As formigas faziam caminhos da boca pro chão, do chão pra boca. E elas riam com seu riso de formiga. Estalavam os lábios, cerravam os dentes, trincando, trincando; o barulho parecia mesmo serrinha de brinquedo e Dolores acordava pingando mel, ia pro chuveiro, escovava os dentes muitas vezes no meio da madrugada (FARO, 2001, p. 13).

A personagem Dolores começa a ter sonhos frequentes com formigas. Dolores não tinha sossego. Esses acontecimentos caracterizam a presença do insólito e, no decorrer da narrativa, observa-se a presença de ambiguidade dos acontecimentos com a protagonista. Notam-se elementos fantásticos que fogem a explicações reais: não se podem escutar risadas e dentes trincando das formigas, nem ao menos acordar pingando mel.

No significado simbólico, a boca trincando pode ser a perda de sua força vital e acordar pingando mel pode ser o desejo sexual. Na dúvida quanto ao ser real ou simplesmente um sonho, o autor afirma que "o fantástico é a hesitação experimentada por um ser que conhece somente as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural" (TODOROV, 2014, p. 31).

Para Todorov, o leitor deve considerar o mundo das personagens como se o mundo pertencesse a ele, para que os acontecimentos sobrenaturais recebam uma explicação racional. O narrador conta que um dia Dona Felisbina entrou no quarto para ver Dolores. Logo, quando entrou, ela se deparou com Dolores morta: "Dolores não respirava, imóvel, branca como leite, nua, mas coberta de formigas de todas as cores e feitios, num movimento de fim de mundo. O ruído delas era imenso, vaivém ensandecido" (FARO, 2001, p. 17).

Neste último momento, as formigas de fato cercavam a personagem. Com a morte de Dolores, é demonstrada a incapacidade de se libertar e se tornar um sujeito ativo. Mesmo depois de falecer, ainda permanece com sua triste solidão, "seu sorriso de solidão com a boca limpa e cheirosa" (FARO, 2001, p. 18). Na narrativa, a protagonista apresenta comportamentos da mulher oprimida, sem voz, a mulher marginalizada por ideologias dominantes.

É possível perceber que Dolores não tinha liberdade para tomar suas decisões, permanecendo inerte às situações e aceitando as imposições masculinas, vivendo como ser secundário. A personagem feminina confina-se, no texto, ao espaço da casa, à tarefa de mãe e à ocupação da família, seu espaço foi restrito ao particular, ao fechado e ao limitado.

Para ela, foi construído o que Simone de Beauvoir (2016) chamou de "destino de mulher": a rainha do lar, a mãe, a geradora, a acolhedora, aquela que mantém afetivamente a prole, opondo-se ao casamento. O fantástico, no conto, apresenta essa realidade através do insólito, que reflete o papel social presente na vida da mulher. Essas construções trabalham no sentido de produzir um

lugar da mulher sempre inferior ao do homem, como acontece com a personagem, que acaba por se deixar vencida por essa imposição da obediência. Os fatos que acontecem na narrativa são apresentados através do sobrenatural, que incorpora a realidade, provocando no seu interior a reflexão do seu próprio contexto.

Casamento: A imposição na vida da mulher

Embora os papéis femininos tenham passado por transformações relevantes nos últimos tempos, a mulher que não se casa ou não tem filhos continua julgada como “aquela que ficou para titia”, solteirona, como se casamento fosse sinônimo de uma realização imprescindível à existência da mulher.

Dessa maneira, quem não assume essas funções acaba carregando o rótulo de reprovação. O estado civil de uma mulher é como um selo valorativo. É mais fácil dizer que uma mulher é divorciada do que solteira, pois a mulher divorciada é uma marca registrada e já passou por essa instituição humana: o casamento. No que se concerne ao conto “As formigas”, é possível perceber a analogia a essa imposição social.

É possível perceber a condição um tanto quanto patriarcal quando a narradora relata a história da personagem Dolores. Na verdade, as mulheres como um todo na narrativa mostram-se moldadas a comportamentos socialmente preestabelecidos para elas. Além disso, essas mulheres são educadas com o propósito de se unir futuramente em um matrimônio com algum homem. Nesse sentido, a personagem Dolores, solteira, com 50 anos de idade é forçada, através da submissão estereotipada, a se casar. Percebe-se na referida obra que a personagem Dolores tenta fugir desse padrão tradicional do patriarcado, mas é punida. Dolores, por sua vez, tinha apenas um irmão e, por ser solteira, vivia junto com ele, então ela não desempenhava o papel de mulher casada.

A personagem é vista dentro da obra como todas as mulheres que têm a essência da feminilidade. A esse feminino pode-se observar o sonho do casamento, para Dolores, uma figura de mulher nascida e criada em ambiente patriarcal, sendo assim, a mulher 34 idealizada apresentava, entre suas características, fatores que indicavam a inferioridade que lhe era concedida perante a figura masculina. A personagem, representada como figura feminina, aparece não tão frágil como para os românticos, mas que é infeliz e que sonha com algo melhor para sua vida.

Assim, pode-se dizer que a personagem vive dentro de um ambiente social em que se espera que ela respeite as regras, vivendo dentro de uma moral aceita pela sociedade que seria o casamento. Zé, irmão de Dolores, procura mostrar que o grande problema é a falta de casar. Zé demonstra ser o típico homem conservador, rigoroso e ligado às tradições patriarcais, como

exercer certo domínio sobre sua esposa. Zé descreve a situação de Dolores como uma mulher problemática e indecisa, que se mantém assim por toda a obra, mesmo quando acusada de doida, permanece passiva e não responde às acusações.

Tudo isso leva à dúvida se o problema de Dolores é a falta de casar. Nota-se, portanto, que a narrativa se baseia na situação em que se encontra Dolores. É bastante claro que a personagem tem consciência de como padrões sociais determinam de modo negativo na situação da mulher. Nas páginas de Faro, sem qualquer contestação, Dolores reconhece a imagem criada e imposta por Zé, acreditando que sua loucura está baseada na falta de casar. Encontra-se o sentimento de repúdio ao discurso proferido por Zé e pelo médico, em cujas linhas prevalece talvez o sentimento de muitas mulheres que se submeteram ao discurso dominante e ao silêncio.

É a mulher sem voz, assumindo uma postura passiva, submissa aos preceitos patriarcais que lhe exigiam o silêncio, nota-se, portanto, a incapacidade da personagem de se libertar dessa imposição destinada à mulher. É fato constatar que, na sociedade patriarcal, os valores masculinos são tidos como exemplo e o que vem do feminino é diminuído e desvalorizado. A questão é a imposição, a cobrança e as escolhas. A ideia de que, por ser mulher, precisa-se seguir padrões, a cobrança é feita de várias maneiras, como acontece na vida de Dolores, e o quanto essa pressão faz mal a tantas mulheres, sem que possa escolher por conta própria como querer ser e fazer sua vida. Assim, pode-se observar que Faro apresenta na obra o papel social destinado à figura feminina, sem ter como se tornar um sujeito ativo diante dos acontecimentos estranhos.

A personagem se via obrigada ao outro, ou seja, era submetida à figura masculina e a uma sociedade patriarcal. Nesta obra, as mulheres são estereotipadas, guiadas pelos preceitos patriarcais, pois a noção de feminilidade ensina que a mulher deve ser mãe, dona de casa e cuidar dos filhos, quando se tenta fugir dessa cultura predominantemente masculina, a figura feminina é reprimida.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise literária do conto “As formigas”, de Augusta Faro, desvelando os conteúdos culturais, sociais e históricos que permeiam a construção da identidade feminina sob o discurso patriarcal. Além disso, propõe-se apresentar algumas características do gênero literário fantástico, que constrói, por meio do insólito e simbologias, significados que transcendem o real, mas que, sobretudo, desvelam conteúdos que explicam a realidade. Desta forma, a protagonista é vista como a representação da mulher oprimida, sem voz, passiva na vida social e marginalizada por ideologias masculinas, vivendo em uma sociedade que possui uma visão de mundo totalmente androcêntrica.

No fantástico, é possível perceber a relação do sobrenatural com a realidade para refletir os fatos reais da dominação masculina como acontece com a personagem dentro da obra. O narrador do conto provoca certo desequilíbrio no leitor pelo fato de os elementos naturais e sobrenaturais se relacionarem, também se utiliza desse gênero para chamar a atenção, levando o leitor à reflexão dos problemas do seu dia a dia. No conto, a protagonista, mesmo não aceitando a postura da mulher idealizada, de estereótipos culturais, de casar para procriar, acaba sendo vítima dessa sociedade, sofrendo assim uma “punição” por não se adequar, ou seja, ela adquire uma “doença” cuja causa é a falta de casar, e por fim acaba sendo incapaz de se libertar para se tornar um sujeito ativo. A presença de elementos insólitos no conto favorece a reflexão sobre a oposição homem/mulher.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2016. BESSIÈRE, Irène. O relato fantástico: forma mista do caso e da adivinha. *Revista Fronteiras*, vol. 3, nº 3, Setembro/2009. [p.185-202].
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Helena Kunher. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COQUEIRO, Wilma dos Santos. **Poéticas do deslocamento: representações de identidades femininas no Bildungsroman de autoria feminina contemporânea**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Orientador: Lúcia Osana Zolin, 2014.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.17 n. 49, p. 151-172, 2003.
- FARO, Augusta. **A friagem**. São Paulo: Global, 2001.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses**. O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago. 1991.
- LOUZADA; Pedro Carlos; BORGES, Luciana (org.). **A mulher na escrita e no pensamento: ensaios de literatura e percepção**. Goiânia-GO: FUNAPE/UFG/DEPECAC, p. 139-157, 2013.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- MARTINS, Ana Patrícia Sá. **A crítica machadiana em Dom Casmurro: um estudo da alegoria feminina como crítica ao sistema republicano no final do século XIX**. São Luiz, 2009.
- RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SARTRE, Jean Paul. Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem. In: **Situações I**. Tradução de Cristina Prado. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

SILVA, Marcelo Medeiros. **História literária, cânone e escrita de autoria feminina**: reflexões sobre Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco. *Miscelânea, Assis*, v. 11, p. 97-117, janjun. 2012. 37

SHOWALTER, Eliane. A crítica feminina no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses**. O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Reimpr. da 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014



CASAMENTO E O CONTEXTO PATRIARCAL NO CONTO “AS FORMIGAS” DE AUGUSTA FARO

Female identity in the patriarchal context in the tale “As formigas” by Augusta Faro

La identidad femenina en el contexto patriarcal en el cuento “As formigas” de Augusta Faro

Dayene Pereira do Nascimento

Analice de Sousa Gomes

RESUMO

O presente artigo possui como objeto de análise o conto “As formigas”, da autora goiana Augusta Faro. Essa narrativa apresenta algumas características do gênero fantástico, construindo, por meio do insólito e simbologias, significados que transcendem o real, mas que, sobretudo, desvelam conteúdos que expõem a realidade. Nesse sentido, tomamos como fio condutor dessa pesquisa a discussão que abarca a representação da figura feminina em personagens que, apesar de viverem em contextos dominados por preceitos patriarcais, desejam liberdade e, nesse ínterim, a construção de sua identidade. A análise se baseia na ideologia da superioridade masculina e a presença da mulher como um ser secundário, apresentando o preconceito contra a mulher. O conto retrata a solidão de Dolores, personagem que tem 50 anos de idade e está sozinha, sem um relacionamento estável, motivo pelo qual as pessoas próximas a ela levam-na a pensar que a verdadeira causa de seus “problemas” seria o fato de não ter se casado. Assim, percebe-se que as relações patriarcais são fortemente presentes no conto, bem como seus ideais de dominação. Desse modo, este estudo é baseado em teóricos como Beauvoir (2016), Hollanda (1994), Sartre (2005), Todorov (2014), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento. Mulher. Patriarcalismo. Augusta Faro.

ABSTRACT

The present work has as object of analysis the story "The ants", by the Goverant author Augusta Faro. This narrative presents some characteristics of the fantastic genre, constructing, through the unusual and symbologies, meanings that transcend the real, but which, above all, reveal contents that expose reality. In this sense, we take as the guiding thread of this research the discussion that encompasses the representation of the female figure in characters who, despite living in contexts dominated by patriarchal precepts, desire freedom and, in the meantime, the construction of their identity. The analysis is based on the ideology of male superiority and the presence of the woman as a secondary being, presenting the prejudice against the woman. The story portrays the loneliness of Dolores for being fifty years old and being alone without a stable relationship, which is why the people close to this character lead her to think that the real cause of her "problems" would be the fact not having been married. Thus it is perceived that patriarchal relations are strongly present in the tale, as well as their ideals of domination. In this way, this study is based on theoreticians such as Beauvoir (2016), Hollanda (1994), Sartre (2005), Todorov (2014), among others.

KEYWORDS: Wedding. Woman. Patriarchalism. Augusta faro.

1 INTRODUÇÃO

Augusta Faro apresenta sua coletânea de contos *A friagem* (2001), na qual explora a condição feminina através de treze contos, em que as personagens centrais são mulheres vivendo situações peculiares e distintas. Os contos retratam a fantasia que abarca a representação feminina no contexto patriarcal. As histórias expõem tramas centradas em sangue, dor e sexo. Nesta obra, vê-se o real e o fantástico, o desejo intenso e o tédio, o mundo marcado pela inferioridade da mulher no cotidiano. Como objetivo específico, este trabalho pretende verificar a importância que é dada, pela autora, à sexualidade feminina, por exemplo, a abordagem da representação da mulher no seu desejo sexual reprimido, que se transforma em algo inusitado no conto “As formigas”, desvelando, nessa narrativa (assim como nas demais dessa coletânea de contos), conteúdos sociais e históricos que transpassam a construção da identidade feminina.

Em *As formigas*, é retratado o discurso patriarcal e a representação da mulher por meio da visão de uma autora mulher. Assim, Augusta Faro utiliza a ficção como meio de transcender o real, mas expõe a realidade e revela o discurso de uma visão preconceituosa gerada pela visão patriarcal sobre a mulher. Nesse sentido, Simone de Beauvoir (2016) discute as limitações e cerceamentos sofridos pela mulher no decorrer da história, destacando que a existência feminina era pautada pela sociedade por concepções ideológicas que enfatizavam seu “destino biológico”, perspectiva que pode ser vista nas personagens de Augusta Faro: elas vivem de forma apreensiva, controlada por um poder opressor.

A protagonista de “As formigas” é perseguida para permanecer sob os preceitos patriarcais, ser do lar, ser propriedade do homem, empregada doméstica, sendo privada assim de sua liberdade de escolha. Ao pensar sobre a identidade feminina, nos deparamos com a situação da mulher marginalizada na sociedade. Augusta Faro expõe no seu conto a mulher reprimida que desiste de lutar por sua liberdade e acaba se submetendo a essa concepção regressiva, presente no discurso social, de que a mulher, por ser diferente do homem, deve ocupar um espaço social diferente do dele.

No conto, o papel social destinado à mulher é o da esposa, que engloba também os papéis de dona de casa e mãe. Neste artigo, para mostrar a luta incessante da mulher pelo direito igualitário na sociedade, utilizam-se os pressupostos de Coqueiro (2014), que apresenta a grande influência das ondas feministas para a liberdade de expressão e defesa da igualdade de gênero. Já no terceiro capítulo, com o título a Representação da mulher no conto “As formigas”, de Augusta Faro, parte-se para análise da representação da protagonista Dolores, sua identidade feminina sob a influência das ideias disseminadas pela sociedade, que, geralmente ditadas pelos preceitos

patriarcais, esperam da mulher a obediência ao indivíduo masculino, isto é, uma identidade à sombra e definida pelo homem.

A presente pesquisa, de cunho analítico-interpretativo, se apoia nas ideias de autores como Bessière (2009), Bourdieu (2002) e Coqueiro (2014), entre outros, por meio do método qualitativo e da análise bibliográfica, buscando a verdade das hipóteses levantadas. Dessa forma, apresentam-se como questionamentos: Quais são os pilares que sustentam o patriarcado?; O poder masculino decide a construção social humana?; O papel das mulheres na sociedade patriarcal é o de submissão?; e Os movimentos feministas foram o grande ápice para a igualdade de gênero?

2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO CONTO “AS FORMIGAS”, DE AUGUSTA FARO

Sabe-se que a sociedade foi construída sobre os pilares do patriarcado, cujo preceitos são demarcados pela história e cultura. Com muita luta, as mulheres conquistaram seu espaço na literatura e desconstruíram essa estrutura de tradição patriarcal. Desse modo, as obras de autoria feminina começaram a ser interpretadas e discutidas sobre a necessidade de uma referência do seu próprio ser, como construção de sua identidade social. Diante dessa evolução na construção das narrativas, a autora goiana Augusta Faro apresenta em sua obra *A friagem* (2001), um livro escrito por uma mulher para a diversidade de mulheres, tramas centradas em personagens femininas. Nesse sentido, busca-se analisar o conto “As formigas”.

Nessa narrativa, o enredo apresenta a solidão de Dolores e sua vontade de casar. Mulher de 50 anos, que vive sozinha com a preocupação de lavar exageradamente a boca, Dolores chega a sonhar com a boca cheia de formigas, logo depois decide ir ao médico para saber o que está acontecendo, mas é surpreendida pela resposta do médico: “- De uns tempos pra cá, doutor, só sonho com a boca cheia de formigas. O que é isso? – Falta de casar” (FARO, 2001, p. 12). Essa opinião é compartilhada pelas pessoas em geral, bem como pelo irmão de Dolores. Diante disso, é possível perceber que somente o casamento é a solução para acabar com esses sonhos sobre as formigas. Neste trecho, vê-se claramente a relação patriarcal, a superioridade masculina sobre a mulher é bastante perceptível. A mulher não tem direito de voz, nem de ação, a sujeição feminina é demarcada no momento em que o papel masculino dita as regras, deseja e permite o desempenho da mulher na sociedade, mediante suas vontades, necessidades e princípios, obedecendo a ordens da figura masculina de forma reprimida.

Conforme o irmão e o médico falam, fica mais evidente a autoridade imposta pelo homem sobre a mulher. “- Que nada. Mulher que não tem serviço, não casa, dá nisso. Tem que ter marido e filho para cuidar, senão endoida, cada qual de um jeito” (FARO, 2001, p. 17). Isso demonstra que a mulher só teria uma vida tranquila, em paz, se estivesse casada, o casamento é o destino

tradicionalmente imposto para a mulher, sem ao menos ter direito de opinar ou de decidir sobre seu futuro.

Dessa forma, pode-se verificar que Dolores era destinada ao matrimônio. De acordo com esse ideal, a mulher que assumia seu papel e cumpria as tarefas era vista como uma pessoa “normal”, se acontecesse o oposto ela passaria a ser vista como uma louca, como o caso da 29 protagonista, que sonhava constantemente com a boca cheia de formigas. “- Zé, já falei, vamos levar sua irmã pra tratar noutro lugar maior. Afinal você que ficou responsável por ela. Tadinha!” (FARO, 2001, p. 17). A partir desta fala, observa-se como a mulher é vista na sociedade patriarcal, o relato da experiência de Dolores, uma “solteirona” subjugada pelo ser masculino em que o homem possuía a capacidade de decidir sobre tudo dentro de casa.

É possível perceber no conto o quanto a mulher é submissa ao interesse do homem, que era o “cabeça da casa”. A submissão é estendida, inclusive, no sentido de que a mulher devia aceitar o casamento e o direito natural do poder do homem sobre a mulher. O ser feminino é formado dentro de uma cultura que define qual o seu papel na sociedade. A narradora representa em Dolores o perfil de mulher perturbada, que não consegue ter sua liberdade ativa na sociedade, vivendo de forma reprimida. A protagonista dominada pelo sistema patriarcado vive à sombra do inquestionável.

No conto, o casamento está visivelmente engessado na personagem, que tem uma vida controlada pelas pessoas que interferem na sua felicidade e liberdade, como se para as mulheres o destino já estivesse traçado há tempos e, apesar da vontade de realização pessoal, o convencional estivesse sempre a interromper a vida da personagem. Augusta Faro apresenta a personagem situada em fatos que promovem a imposição social, pois, além do médico e do irmão, outras pessoas concordam com a justificativa de a falta do casamento ser o causador de seu tormento.

A dominação masculina, portanto, pode ser o produto das demonstrações visíveis de autoritarismo exercido pelas vias de razões culturais e históricas, tratando, pois, de convencionar que o ser feminino foi criado para suprir as necessidades do ser masculino, sujeitando-se à ordem social e tendo que seguir os padrões patriarcais. É o caso de Dolores, que, para fugir dessa cobrança conjugal, acaba morrendo, demonstrando a incapacidade de se libertar e se tornar um sujeito ativo.

Gênero fantástico e a obra de Augusta Faro

Segundo os conceitos de Todorov expostos na Introdução à literatura fantástica (2014), o gênero fantástico se serve da irrupção de fatos e seres que fogem às explicações de leis naturais. As incertezas desencadeadas nas personagens e no leitor convergem com o que Todorov (2014) afirma ser a manifestação da hesitação, característica primeira e fundamental do gênero fantástico,

que “ocorre nesta incerteza” (p. 31, grifo nosso), isto é, na percepção de que, apesar de se estar no mundo cotidiano e real, os fatos estranhos e sobrenaturais surgem distantes de possíveis explicações pelas leis do mundo familiar.

O gênero fantástico é permeado de acontecimentos que vão além da realidade. Segundo Todorov (2014, p. 49), “o fantástico se define como uma percepção particular de acontecimentos estranhos”, ou seja, tem participação em obras que exploram o medo, o susto, o sobrenatural, o insólito e suas narrativas são pautadas numa realidade sem lógica marcada pelo absurdo e anormal. Por outro lado, para Sartre (2005), o fantástico não é apenas uma narrativa de entretenimento, como histórias imaginárias contendo vampiro e lobisomem, entre outros personagens, mas trata de assuntos relacionados ao homem atual, como a angústia existencial, opressão e desigualdade social.

A presença do sobrenatural passou a explorar o psicológico, apresentando o interior do sujeito e criando relação com elementos do cotidiano. Segundo Todorov (2014, p. 20), “o fantástico implica, pois, uma integração do leitor com o mundo dos personagens; define-se pela percepção ambígua que o próprio leitor tem dos acontecimentos relatados”, ou seja, o gênero fantástico surge a partir do momento em que a aparição da ambiguidade é retratada no leitor e a incerteza do sobrenatural provoca um sentimento de dúvida. Essa relação do real com o irreal acontece pelo fato de a narrativa ser incompreendida quanto à manifestação do natural e do sobrenatural, pode ser que o leitor se sinta confuso, pois não são deixadas explicações explícitas para os acontecimentos.

Pode-se dizer que os acontecimentos nas narrativas se conciliam com os elementos fantásticos para explicar os fatos. Um dos exemplos de narrativa fantástica é a obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, cujo enredo se baseia na cegueira branca, diferente da cegueira negra, que atinge grande parte da população. Sendo assim, é possível observar o modo como emprega o fantástico nas narrativas, causando perplexidade nos leitores, a forma como os fenômenos sobrenaturais são aceitos no decorrer da leitura como se fossem reais.

Segundo Todorov (2014, p. 82), “o fantástico se apoia essencialmente em uma vacilação do leitor – de um leitor que se identifica com o personagem principal – referida à natureza de um acontecimento estranho”, quando o leitor apresenta uma hesitação em um texto fantástico que promove uma aceitação irracional do evento insólito referente às leis da natureza. Conforme Bessière (2009, p. 5), “A narração fantástica generaliza a contingência do universo, compreendido como natural e o sobrenatural”, pelo fato de que ambos não são contrários e que povoam a realidade, os eventos sobrenaturais são incorporados à realidade cotidiana dos personagens e espontaneamente naturalizados.

Trata-se de um “mundo incomum”, onde o homem se encontra em situações estranhas, diferentes das normais, mas basicamente aceitando os eventos sobrenaturais. 31 Para Sartre, o

fantástico se difere do fantástico de Todorov, pois se relaciona com questões sociais. O fantástico está inserido no mundo em que esse acontecimento também pode se tornar natural, a partir do momento em que o leitor considera esse acontecimento como sobrenatural, tudo torna-se fantástico, relacionado por inteiro com a realidade cotidiana. Dessa forma, Sartre expõe que:

ao humanizar-se, o fantástico se reaproxima da pureza ideal de sua essência. [...] nada de súcubos, nada de fantasmas, nada de fontes que choram – há apenas homens, e o criador do fantástico proclama que se identifica com o objeto fantástico. Para o homem contemporâneo, o homem tornou-se uma maneira entre cem de refletir sobre sua própria imagem (SARTRE, 2005, p. 137).

Como já citado, Sartre afirma que o fantástico contemporâneo está no absurdo. O fantástico está ligado com a luta do homem com o mundo, com os autores do gênero fantástico mostrando a realidade de forma confusa para despertar no leitor uma sensação de alto grau de identificação, portanto, às características do gênero se identificam com os personagens. A literatura fantástica se abre como uma fantasia que projeta enigmas, os quais clamam por decifrações, porque a ordem desse gênero é a falta de limites que permite ao autor não só dar vida ao que não existe, mas também possibilitar que abramos os olhos para enxergar o real através do ilógico.

Como pode ser notado, o fantástico é a forma de apresentar os fatos do cotidiano a ponto de provocar nos leitores uma reflexão sobre as situações sociais, a surpresa diante do sobrenatural que dialoga com problemas reais, fazendo com que o leitor reflita sobre a sua própria imagem. Por isso mesmo, o fantástico está vinculado ao homem do século XX, o homem no seu modo de ser e de agir sobre o mundo. Trata-se da existência do homem que perde seus anseios sem ao menos se dar conta dos problemas que o cercam.

Tratando os elementos insólitos como define a reflexão existencialista do gênero fantástico no ensaio “Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem”, Sartre expõe o homem como propriedade central na construção do fantástico, “não o homem das religiões e do espiritualismo, engajado no mundo apenas pela metade, mas o homem-dado, o homem-natureza, o homem-sociedade [...]” (2005, p. 138).

Em outras palavras, o homem condicionado a uma época de desilusão reflete seus questionamentos sobre sua existência por meio dos acontecimentos insólitos, e estes externam os conflitos que povoam a alma, a essência do homem moderno: seus monstros, fantasmas, medos e metamorfoses. Para Sartre, as narrativas deste gênero no pós-guerra deixaram de lado os elfos, fadas, vampiros e traçaram um retorno ao humano, representando o homem ao avesso, oprimido pelas mais diversas instituições e situações sociais.

No conto de Augusta Faro *As formigas*, presente na obra *A friagem* (2001), é possível perceber os acontecimentos que se deparam com o fantástico, como os “sonhos” de Dolores. No

primeiro momento, a narrativa apresenta a extrema solidão de Dolores, juntamente com a vontade de se casar, por ter 50 anos e viver longos anos sozinha. O segundo momento é quando ela passa a sonhar com a boca cheia de formigas. Neste trecho, está o que pode ser sobrenatural:

As formigas faziam caminhos da boca pro chão, do chão pra boca. E elas riam com seu riso de formiga. Estalavam os lábios, cerravam os dentes, trincando, trincando; o barulho parecia mesmo serrinha de brinquedo e Dolores acordava pingando mel, ia pro chuveiro, escovava os dentes muitas vezes no meio da madrugada (FARO, 2001, p. 13).

A personagem Dolores começa a ter sonhos frequentes com formigas. Dolores não tinha sossego. Esses acontecimentos caracterizam a presença do insólito e, no decorrer da narrativa, observa-se a presença de ambiguidade dos acontecimentos com a protagonista. Notam-se elementos fantásticos que fogem a explicações reais: não se podem escutar risadas e dentes trincando das formigas, nem ao menos acordar pingando mel.

No significado simbólico, a boca trincando pode ser a perda de sua força vital e acordar pingando mel pode ser o desejo sexual. Na dúvida quanto ao ser real ou simplesmente um sonho, o autor afirma que "o fantástico é a hesitação experimentada por um ser que conhece somente as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural" (TODOROV, 2014, p. 31).

Para Todorov, o leitor deve considerar o mundo das personagens como se o mundo pertencesse a ele, para que os acontecimentos sobrenaturais recebam uma explicação racional. O narrador conta que um dia Dona Felisbina entrou no quarto para ver Dolores. Logo, quando entrou, ela se deparou com Dolores morta: "Dolores não respirava, imóvel, branca como leite, nua, mas coberta de formigas de todas as cores e feitios, num movimento de fim de mundo. O ruído delas era imenso, vaivém ensandecido" (FARO, 2001, p. 17).

Neste último momento, as formigas de fato cercavam a personagem. Com a morte de Dolores, é demonstrada a incapacidade de se libertar e se tornar um sujeito ativo. Mesmo depois de falecer, ainda permanece com sua triste solidão, "seu sorriso de solidão com a boca limpa e cheirosa" (FARO, 2001, p. 18). Na narrativa, a protagonista apresenta comportamentos da mulher oprimida, sem voz, a mulher marginalizada por ideologias dominantes.

É possível perceber que Dolores não tinha liberdade para tomar suas decisões, permanecendo inerte às situações e aceitando as imposições masculinas, vivendo como ser secundário. A personagem feminina confina-se, no texto, ao espaço da casa, à tarefa de mãe e à ocupação da família, seu espaço foi restrito ao particular, ao fechado e ao limitado.

Para ela, foi construído o que Simone de Beauvoir (2016) chamou de "destino de mulher": a rainha do lar, a mãe, a geradora, a acolhedora, aquela que mantém afetivamente a prole, opondo-se ao casamento. O fantástico, no conto, apresenta essa realidade através do insólito, que reflete o papel social presente na vida da mulher. Essas construções trabalham no sentido de produzir um

lugar da mulher sempre inferior ao do homem, como acontece com a personagem, que acaba por se deixar vencida por essa imposição da obediência. Os fatos que acontecem na narrativa são apresentados através do sobrenatural, que incorpora a realidade, provocando no seu interior a reflexão do seu próprio contexto.

Casamento: A imposição na vida da mulher

Embora os papéis femininos tenham passado por transformações relevantes nos últimos tempos, a mulher que não se casa ou não tem filhos continua julgada como “aquela que ficou para titia”, solteirona, como se casamento fosse sinônimo de uma realização imprescindível à existência da mulher.

Dessa maneira, quem não assume essas funções acaba carregando o rótulo de reprovação. O estado civil de uma mulher é como um selo valorativo. É mais fácil dizer que uma mulher é divorciada do que solteira, pois a mulher divorciada é uma marca registrada e já passou por essa instituição humana: o casamento. No que se concerne ao conto “As formigas”, é possível perceber a analogia a essa imposição social.

É possível perceber a condição um tanto quanto patriarcal quando a narradora relata a história da personagem Dolores. Na verdade, as mulheres como um todo na narrativa mostram-se moldadas a comportamentos socialmente preestabelecidos para elas. Além disso, essas mulheres são educadas com o propósito de se unir futuramente em um matrimônio com algum homem. Nesse sentido, a personagem Dolores, solteira, com 50 anos de idade é forçada, através da submissão estereotipada, a se casar. Percebe-se na referida obra que a personagem Dolores tenta fugir desse padrão tradicional do patriarcado, mas é punida. Dolores, por sua vez, tinha apenas um irmão e, por ser solteira, vivia junto com ele, então ela não desempenhava o papel de mulher casada.

A personagem é vista dentro da obra como todas as mulheres que têm a essência da feminilidade. A esse feminino pode-se observar o sonho do casamento, para Dolores, uma figura de mulher nascida e criada em ambiente patriarcal, sendo assim, a mulher 34 idealizada apresentava, entre suas características, fatores que indicavam a inferioridade que lhe era concedida perante a figura masculina. A personagem, representada como figura feminina, aparece não tão frágil como para os românticos, mas que é infeliz e que sonha com algo melhor para sua vida.

Assim, pode-se dizer que a personagem vive dentro de um ambiente social em que se espera que ela respeite as regras, vivendo dentro de uma moral aceita pela sociedade que seria o casamento. Zé, irmão de Dolores, procura mostrar que o grande problema é a falta de casar. Zé demonstra ser o típico homem conservador, rigoroso e ligado às tradições patriarcais, como

exercer certo domínio sobre sua esposa. Zé descreve a situação de Dolores como uma mulher problemática e indecisa, que se mantém assim por toda a obra, mesmo quando acusada de doida, permanece passiva e não responde às acusações.

Tudo isso leva à dúvida se o problema de Dolores é a falta de casar. Nota-se, portanto, que a narrativa se baseia na situação em que se encontra Dolores. É bastante claro que a personagem tem consciência de como padrões sociais determinam de modo negativo na situação da mulher. Nas páginas de Faro, sem qualquer contestação, Dolores reconhece a imagem criada e imposta por Zé, acreditando que sua loucura está baseada na falta de casar. Encontra-se o sentimento de repúdio ao discurso proferido por Zé e pelo médico, em cujas linhas prevalece talvez o sentimento de muitas mulheres que se submeteram ao discurso dominante e ao silêncio.

É a mulher sem voz, assumindo uma postura passiva, submissa aos preceitos patriarcais que lhe exigiam o silêncio, nota-se, portanto, a incapacidade da personagem de se libertar dessa imposição destinada à mulher. É fato constatar que, na sociedade patriarcal, os valores masculinos são tidos como exemplo e o que vem do feminino é diminuído e desvalorizado. A questão é a imposição, a cobrança e as escolhas. A ideia de que, por ser mulher, precisa-se seguir padrões, a cobrança é feita de várias maneiras, como acontece na vida de Dolores, e o quanto essa pressão faz mal a tantas mulheres, sem que possa escolher por conta própria como querer ser e fazer sua vida. Assim, pode-se observar que Faro apresenta na obra o papel social destinado à figura feminina, sem ter como se tornar um sujeito ativo diante dos acontecimentos estranhos.

A personagem se via obrigada ao outro, ou seja, era submetida à figura masculina e a uma sociedade patriarcal. Nesta obra, as mulheres são estereotipadas, guiadas pelos preceitos patriarcais, pois a noção de feminilidade ensina que a mulher deve ser mãe, dona de casa e cuidar dos filhos, quando se tenta fugir dessa cultura predominantemente masculina, a figura feminina é reprimida.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise literária do conto “As formigas”, de Augusta Faro, desvelando os conteúdos culturais, sociais e históricos que permeiam a construção da identidade feminina sob o discurso patriarcal. Além disso, propõe-se apresentar algumas características do gênero literário fantástico, que constrói, por meio do insólito e simbologias, significados que transcendem o real, mas que, sobretudo, desvelam conteúdos que explicam a realidade. Desta forma, a protagonista é vista como a representação da mulher oprimida, sem voz, passiva na vida social e marginalizada por ideologias masculinas, vivendo em uma sociedade que possui uma visão de mundo totalmente androcêntrica.

No fantástico, é possível perceber a relação do sobrenatural com a realidade para refletir os fatos reais da dominação masculina como acontece com a personagem dentro da obra. O narrador do conto provoca certo desequilíbrio no leitor pelo fato de os elementos naturais e sobrenaturais se relacionarem, também se utiliza desse gênero para chamar a atenção, levando o leitor à reflexão dos problemas do seu dia a dia. No conto, a protagonista, mesmo não aceitando a postura da mulher idealizada, de estereótipos culturais, de casar para procriar, acaba sendo vítima dessa sociedade, sofrendo assim uma “punição” por não se adequar, ou seja, ela adquire uma “doença” cuja causa é a falta de casar, e por fim acaba sendo incapaz de se libertar para se tornar um sujeito ativo. A presença de elementos insólitos no conto favorece a reflexão sobre a oposição homem/mulher.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2016. BESSIÈRE, Irène. O relato fantástico: forma mista do caso e da adivinha. *Revista Fronteiras*, vol. 3, nº 3, Setembro/2009. [p.185-202].
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Helena Kunher. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COQUEIRO, Wilma dos Santos. **Poéticas do deslocamento: representações de identidades femininas no Bildungsroman de autoria feminina contemporânea**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Orientador: Lúcia Osana Zolin, 2014.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.17 n. 49, p. 151-172, 2003.
- FARO, Augusta. **A friagem**. São Paulo: Global, 2001.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses**. O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago. 1991.
- LOUZADA; Pedro Carlos; BORGES, Luciana (org.). **A mulher na escrita e no pensamento: ensaios de literatura e percepção**. Goiânia-GO: FUNAPE/UFG/DEPECAC, p. 139-157, 2013.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- MARTINS, Ana Patrícia Sá. **A crítica machadiana em Dom Casmurro: um estudo da alegoria feminina como crítica ao sistema republicano no final do século XIX**. São Luiz, 2009.
- RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SARTRE, Jean Paul. Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem. In: **Situações I**. Tradução de Cristina Prado. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

SILVA, Marcelo Medeiros. **História literária, cânone e escrita de autoria feminina**: reflexões sobre Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco. *Miscelânea, Assis*, v. 11, p. 97-117, janjun. 2012. 37

SHOWALTER, Eliane. A crítica feminina no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses**. O feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Reimpr. da 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014



MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA*

Gabriele Fagundes de Medeiros**

Juliana Maussara Kenes Marques Machado***

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo de análise a violência contra as mulheres, especialmente, a decorrida no âmbito das relações familiares e afetivas. Se trata de um assunto muito explorado, a compreensão é de que outros fatos são necessários para dar importância no estudo da problemática, nesse seguimento, a análise faz interface com o racismo, tendo por limitação a apreciação da relação de gênero no fenômeno. No que se refere à sua estrutura, escolheu-se por uma divisão de capítulos. De princípio é realizado debates sobre sustentação teóricas da pesquisa, com foco nas classes, raça e gênero, assim como sobre a concepção do feminismo negro. Adiante expõe as colaborações feministas no estudo tanto na intervenção política da questão, com enfoque nas ferramentas internacionais de proteção aos direitos humanos, especialmente, os que abordam a questão do racismo e os direitos das mulheres. As conclusões do presente artigo direcionam para a vivência de um relação entre a violência ocorrida contra as mulheres negras e o racismo, entendeu-se, que anos há desempenho feminista para dar visibilidade merecedora a questão, principalmente, governamental, mas a violência persiste vitimando mulheres a cada dia, sem eminência de cessar.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, raça, violência contra as mulheres, feminismo negro

ABSTRACT: This article aims to analyze the violence against women, especially violence in the context of family and affective relationships. It is a very explored subject, the understanding is that other facts are necessary to give importance to the study of the problem, in this segment, the analysis interfaces with racism, having as limitation the appreciation of the gender relationship in the phenomenon. With regard to its structure, a division of chapters was chosen. In principle, debates are held on theoretical research support, with a focus on classes, race and gender, as well as on the concept of black feminism. Further the article exposes feminist collaborations in the study both in the political intervention of the issue, focusing on international tools for the protection of human rights, especially those that address the issue of racism and women's rights. The conclusions of this article lead to the experience of a relationship between violence against black women and racism, it was understood that years ago there was a feminist performance to give deserving visibility to the

* Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Jussara/FAJ, como parte obrigatória para obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

** Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Jussara. E-mail. medeirosgaby254 @gmail.com

*** Professora Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. E-mail:
maussarakm@hotmail.com

issue, mainly governmental, but violence persists in victimizing women every day, with no imminent cease.

KEYWORDS: gender, race, violence against the women, black feminism

1 INTRODUÇÃO

O Artigo 2º da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) pela relevância nessa contextura introdutiva de demarcação do objeto, expõe sustentação da forma de se ponderar a “mulher” como um indivíduo homogêneo e universal, bem como potencializa a ideia de nivelamento do fenômeno da violência, como fato que alcança todas as mulheres com forma similar. Estes são os pontos que dão a pauta do exposto trabalho por serem explicativas para a reflexão acerca da invisibilidade das mulheres que são de diferentes grupos raciais e que possuem experiências e necessidades distintas.

A violência contra as mulheres (VCM), encarada uma séria violação aos direitos humanos, é um problema intrincado e expostamente de ampla gravidade em nível nacional e mundial que se manifesta de várias formas, em conformidade com os sujeitos envolvidos e os contextos em que ocorre. Neste entendimento, considera-se que a violência contra as mulheres em sua forma doméstica e familiar excede um problema de natureza privada, verificado apenas a partir de conflitos familiares e se estabelece uma questão de poder com implicações na efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Tradicionalmente fundada pelo patriarcado noutros tempos foi classificada de perversamente democrática, por decorrer nas distintas esferas da sociedade e atingir mulheres de diferentes classes sociais, idades, grupos étnico-raciais e mulheres com diferentes níveis de escolaridade. Contudo, com esse enfoque pondera-se fundamental suscitar outros aspectos no estudo da problemática. Dessa forma, o presente artigo faz interface com o racismo, usando-se, além da classe gênero, a classe raça na análise do fenômeno, visto que “reduzir a análise de qualquer existência a um único conceito é sempre simplório”, como afirma Guimarães (2012). Como desafio é trabalhar com ambas as classes de maneira articulada.

O racismo é compreendido como uma estruturação de ideais agregada e produzida através de um composto de meios materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição de não-brancos nas relações de produção e distribuição dos bens produzidos é um complexo fenômeno e vasto que é necessário ser traçado como um elemento pertinente na pesquisa, sendo que no Brasil as vinculações raciais não têm sido tão coerentes como fora

divulgadas a partir da década de 1930. Mas, contudo, pela concretude de sua subsistência, comprovadas com as preocupantes desigualdades sociais existentes entre brancos e não brancos no país, captadas em pesquisas e relatórios nacionais.

O presente estudo explora a violência contra as mulheres e suas conexões com o racismo, considerando que o ser racial diz, de forma relevante, as variadas formas de desigualdade no Brasil. O pensamento dos aspectos conceituais da violência contra as mulheres e do racismo, que apresenta neste trabalho estão trazidos, essencialmente, nos dispositivos de proteção internacional dos direitos humanos, uma vez que estes têm sido relevantes tanto para estabelecer um entendimento comum acerca de tais questões, como para indicar soluções para superação dos mesmos, a partir dos compromissos governamentais estabelecidos em âmbito internacional.

O método a ser utilizado na elaboração do trabalho de compilação teórica será o dedutivo, pois partirá de argumentos gerais para argumentos particulares, a fim de que em seguida chegue-se a conclusões restritas ao que será analisado. Já o método de pesquisa será o qualitativo. Isto porque será fundada em revisão bibliográfica que envolve doutrina de estudiosos na área, artigos de revistas jurídicas, legislação e livros referentes ao tema.

O estudo aperfeiçoa-se baseado no preceito de que as referências históricas são formadoras de percepções, culturas, ideologias e comportamentos, deste modo os referenciais históricos são utilizados, para uma percepção dos desenrolamentos do racismo na sociedade brasileira, principalmente, seus impactos sobre as mulheres negras. Sendo abordadas as colaborações feministas tanto no estudo do fenômeno como na interferência para a perceptibilidade da violência contra as mulheres como questão que não expõe referência, apenas encadeamento privado, porém como objeção social, de saúde, de segurança que requer o compromisso governamental para seu enfrentamento.

As políticas realizadas pelo Estado brasileiro são focalizadas, especialmente a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), especialmente, onde as políticas realizadas no país são demonstradas, sendo instrumento que define e criminaliza a violência doméstica e familiar, é uma proposta inovadora que está além das ações punitivas, trazendo também ações preventivas com vistas a diminuir o problema. Este estudo cumpre um papel de problematizar a questão e suscitar outros elementos que envolvem a questão da violência contra as mulheres, para além do gênero.

2 GÊNERO COMO SINALIZADOR SOCIAL FUNDAMENTAL NO ENTEDIMENTO DA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

Objeto de uma vasta discussão teórica sobre a qual existe uma vertiginosa literatura, o conceito de gênero foi desenvolvido no seio do Pensamento Feminista e se disseminou rapidamente na teoria social, sobretudo por que foi considerado um avanço no que diz respeito às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria mulher (PISCITELLI, 2015).

Surge baseado em debates em relação da divergência de que as diferença entre homens e mulheres eram frutos de desigualdades biológicas. Intensificadas as discussões, pelo movimento feminista, a partir da década de 1970, considerando estudiosas/os de diversas universidades no ocidente, sendo a Europa e os Estados Unidos que realizam as primeiras atividades. As feministas além de fundamentar teoricamente a luta por direitos iguais, buscavam analisar a relação homem-mulher e a desigualdade dela resultante e com isso evidenciar a estruturação existente nessa relação, que incidia em inferioridade para as mulheres.

As pesquisas de gênero procuram esclarecer que as desigualdades entre mulheres e homens, colocadas na sociedade não estavam unicamente conectadas às diferenças biológicas entre estes, mas dizia respeito às diferenças culturais construídas historicamente.

De acordo com Saffioti (2014) que o termo gênero foi direcionada pela primeira vez em 1963, pelo estudioso Stoller, porém, tal menção não teve significativa efeito na academia nem nos movimentos feministas. Destaca-se também que só depois, em 1975, após um artigo publicado por Gayle Rubin, surge diferentes estudos de gênero nos Estados Unidos e Europa (PISCITELLI, 2015).

Em seu estudo Rubin definiu o princípio de sexo/gênero como sendo “um agrupamento de arranjos pelos quais uma coletividade decompõe a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas obrigações sexuais transformadas são contentadas” (RUBIN apud SAFFIOTI, 2014).

A definição de gênero foi conhecida no Brasil, no final da década de 1970, por feministas acadêmicas, todavia as pesquisas só se expandiram, após a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de Joan W. Scott (1995). Em seu princípio verifica, a utilização do termo gênero se deu entre as feministas americanas, em negação a utilizar palavras que remetiam à noção de determinismo biológico e em procura de enfatizar o cunho social das distinções baseadas no sexo.

A discussão apresentada por Scott (1995) sobre gênero como disposição de análise ocasionou vastas contribuições para o entendimento da relação entre homens e mulheres. Seu texto se tornou uma referência, para os estudos feministas e não feministas sobre gênero no Brasil. Scott (1995) associa a categoria gênero à medida das correntes teóricas do patriarcado e

abarca uma análise de gênero como componente característico dos vínculos sociais baseadas nas desigualdades entre os sexos.

Ao adentrar o conceito de gênero em suas análises, os/as estudiosos/as continuam como escopo delatar a dominação masculina e pesquisar a relação homem-mulher e a desigualdade dela resultante, especialmente acarretando para a cena alterações sobre a hierarquia vivente nessa relação que acontecia em desvantagens para as mulheres. Para tanto, as feministas elaboraram uma indagação acerca da subordinação da mulher, sendo: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2015).

Este questionamento se tornou essencial para o Pensamento Feminista na década de 1970 e com tal perspectiva teórica, as feministas procuram contestar a abordagem funcionalista. Os estudos feministas baseados pelo funcionalismo adotam as discriminações encarregadas contra as mulheres, no entanto o fazem impondo o mesmo potencial explicativo aos seus papéis públicos e domésticos, contudo as feministas radicais e estudiosas rebatiam a visão estática funcionalista dos papéis sociais femininos.

Saffioti (2014) e Mattos (2016), expandem a discussão de conceito acerca do gênero enquanto categoria de análise quando defende a característica relacional do conceito:

[...] a categoria “gênero” procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de “gênero” são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto uma forma primária de relações significantes de poder. Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de “gênero” procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas.

Em meio a tais alterações várias estudiosas de distintas vertentes do movimento feminista e da academia foram se destacando com suas ideias e produções. Tais obras se viraram leituras principais para as feministas de todos os campos, apesar disso, quase que a totalidade desses escritos aflige de forma articulada gênero, raça, classe e sexualidade, ao contrário, se colocou uma hierarquização dessas linhas de subordinação, tendo gênero como ponto central.

Barsted (2014) gênero contribui para a compreensão dos significados da masculinidade e da feminilidade ampliado tal entendimento para além das diferenças biológicas inscritas nos corpos de homens e mulheres. Assevera ainda a autora que:

Feminilidade e masculinidade são compreendidas nesses estudos como construções culturais que, historicamente, orientam as relações entre homens e mulheres, definem a forma como a sociedade os trata e legitimam discriminações no reconhecimento de direitos e no acesso a benefícios de políticas sociais. O conceito de gênero possibilita tornar visíveis as relações de poder entre os sexos (BARSTED, 2014, p. 53).

Nesse adereço, assegura que a definição de gênero trazido por Scott (1995), refere a um princípio de relações de poder fundamentadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos, tradicionalmente, a mulheres e homens. Relações são apontadas pelo contexto social, cultural, político e econômico, o que o distingue do sexo que é apontado pela natureza, pela biologia.

Enriquecendo esse debate e expandindo as reflexões, Sueli Carneiro adverte a necessidade de se abarcar a dimensão racial na temática de gênero, especialmente, no contexto brasileiro, segundo esta autora:

Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que os outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2013, p. 14).

Em concordância com o sugerido por Carneiro (2013) Saffioti a sobrepõe à discussão de Scott (1995) os eixos classe, raça e gênero acarretando a imagem da inclusão das relações sociais com novelo ou um nó aonde estão entrelaçadas três categorias sociais essenciais: gênero, raça e classe. Para abranger essa imagem é preciso estabelecer a noção de totalidade. As três categorias são convergentes. Convergem no momento em que a apreciação das contradições de uma necessita ser considerada as contradições inerentes a cada categoria. Divergem por que proporcionam contradições simbólicas que necessitam de uma apreciação detalhada.

3 (RE) CONSTRUINDO UMA PERCEPÇÃO SOBRE RAÇA

A raça é questionada e alvo de uma quase inacabável bibliografia, sua aplicação como concepção analítico das diferenças e discriminações está posta em dois pressupostos, quais sejam:

De princípio, que não há “raças” biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e corresponde ao que comumente

chamamos de “raça” tem existência real; segundo o que chamamos de “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena (GUIMARÃES, 2012, p. 50).

Para Hasenbalg (2015), a raça opera como um critério saliente socialmente no preenchimento de disposições na estrutura de classes e nas extensões distributivas da estratificação social. A pesquisa tende a trabalhar raça diante essa interpretação, fazendo análise da violência contra mulheres, tendo em vista, o aspecto das relações sociais formadas no Brasil, com arcabouço na violência e na hierarquização das pessoas criando e incentivando as diferenças raciais, sociais, regionais, sociais e de gênero.

Para o emprego do termo raça sugere a conceituação usada por Kergoat (2010), “como categoria socialmente estabelecida, decorrência de discriminação e produção ideológica” esse uso assinala, estrategicamente, para um conceito político, cultural, que evidentemente não deve ser adotado no significado biológico.

Analizando estes aspectos, far-se-á uma discussão sobre raça como um marcador formidável na estruturação das desigualdades sociais, considerando que o Brasil viveu um período de 350 anos, sob um regime escravagista, importou o maior número de escravizados do continente africano, sendo o último país, nas Américas, a abolir oficialmente a escravatura e de congregar na atualidade, a maior população negra fora do continente africano. Dessa forma, não se pode negar que “o resultado desse delongado tráfico de africanos foi o enraizamento, na sociedade brasileira, das diversidades e da violência intrínsecas à instituição escravista” (LOPES, 2015).

A ciência biológica começa o estudo das raças baseando-se no entendimento da essência de distintas “raças humanas”, ultimamente, essa ideia não é mais uníssona. Ainda permanece, na genética, disputas em torno da existência ou não de “raças humanas” e a decência de se aplicar a palavra “raças” para indicar populações humanas”. Nesse trabalho defende e centra-se na ideia de que não existem “raças humanas”, contudo que os seres humanos compõem uma única “raça”, conforme defende Guimarães (2008).

Distanciando qualquer probabilidade de entendimento e utilização do termo raça com o sentido do estudo biológico, defende Guimarães (2012):

“raça” é um julgamento que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se ao contrário, de um conceito que denota tão-somente, uma forma de classificação social baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das “raças” limita-se ao mundo social (GUIMARÃES, 2012, p. 11).

Enfatizo a colocação de multiplicidade de raças, designadas pelos tons de pele, continuou nas sociedades americanas e na Europa obedecendo ao modelo: a cor branca usada para os descendentes e Europeus; a negra para africanos e seus descendentes e a amarela para os asiáticos, contudo, havendo ainda outras designações de cor, também frequentes, como *brown* (parda) ao aludir aos indianos e paquistaneses, e a cor vermelha, para os indígenas das Américas (GUIMARÃES, 2008).

Na conjuntura brasileira, registra-se que o termo negro era empregado pelos portugueses no Brasil Colônia, não apenas para se referir a quem tinha a pele mais escura, mas para se mencionar aos escravizados, sendo africanos ou não e para diferenciar os índios (nativos) dos africanos, os portugueses os apelidavam de “negros da terra” (MONTEIRO apud GUIMARÃES, 2008). Na metade do séc. XIX na Bahia se utilizava dois termos raciais principais: “preto” e “crioulo” que designavam respectivamente africanos e os negros que nasceram no Brasil.

Já na segunda metade do mesmo século observou-se uma alteração nesse campo, o termo preto passou a abranger igualmente africanos e descendentes destes. Ou seja, o termo “negro” deixa então de designar a “cor” e passa, paulatinamente, a ter um significado mais racial e pejorativo” (GUIMARÃES, 2008).

Portanto, para melhor entender a peculiaridade do racismo no Brasil, Guimarães (2009) e Hasenbalg (2015) chama a atenção para dois significativos mecanismos sociais ou armas ideológicas estrategicamente criadas pela sociedade brasileira e que são centrais, quais sejam o Branqueamento e a Democracia Racial.

O Branqueamento da nação ou ideologia assimilacionista, como se refere Skidmore (1991) constituía avanço e, concomitante a essa ideia de avanço existia o desejo da elite brasileira de fazer do Brasil uma nação branca, para tal intento a mestiçagem se comparecia como a mais admirável estratégia, se concretizava por meio dos casamentos interraciais e pela imigração de europeus que trariam o elemento mais precioso: o sangue branco para a fundamental mistura (MUNANGA, 2008). Segundo Munanga (2008) Gilberto Freyre via na mestiçagem uma vantagem imensa e atribuiu a um valor positivo, diferentes de alguns estudiosos da época, Freyre reconhece:

[...] a contribuição de negros, índios e mestiços na cultura brasileira, principalmente a influência destes para o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, vestuário e sexo. [Freyre ao dar uma interpretação positiva à mestiçagem] consolidou o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia.

Freyre avigora preconceitos e estereótipos, ao dar essa interpretação sobre mestiçagem,

além de denegar os conflitos e amenizar a violência vivente nessas relações. Vale ressaltar, “privilegia o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre senhores e escravos das quais surgiram os primeiros mestiços” afirma Munanga (2008).

Entretanto, a vontade de transformar o país em uma povo branco congregou empenhos de diversos setores, especialmente de pesquisadores que se comprometiam em comprovar, com seus estudos tal probabilidade. À época várias pesquisas apareceram sobre o desaparecimento da população negra foram feitas, dentre elas a mais conhecida, realizada por João Batista Lacerda, com a previsão de que até o ano de 2012 a população branca chegaria a 80% e a população negra cairia para zero (Munanga 2008). Contudo, tal previsão não se efetivou, estando a sociedade brasileira de 2012 uma coletividade multirracial miscigenada por uma maioria de pessoas negras.

Em contrapartida estes conceitos deram permanência, resultando numa sociedade que mantém as relações sociais baseadas na superioridade que valoriza e privilegia o grupo racial reconhecido como superior, o branco. Com esse olhar e pensamento corrobora, “toda sociedade multirracial é racista no sentido de que a pertinência a um grupo sócio-racial prevalece sobre a realização na atribuição da posição social” (Guimarães, 2012). Nessa expectativa, uma sociedade racista como o Brasil discrimina, especialmente, com base no fenótipo (concentração de melanina e traços morfológicos).

Para Carneiro (2005), do “estupro colonial” decorre a miscigenação que embasa a “democracia racial”, está de acordo com Hasenbalg (2015) pode ser compreendida como o símbolo integrador mais poderoso criado tanto com o intuito de desmobilizar os negros como o de legitimar as desigualdades raciais presentes desde o fim da escravidão.

As ideias de que mesclam as raças quanto branca, negra ou indígena moldava as relações de maneira que não existia confusões raciais na sociedade brasileira foram amplamente difundidas no Brasil e em outros países e permanecem no imaginário das pessoas, formando uma ideia de plena harmonia perpetrando com que o racismo não seja percebido ou até seja confundido com outro tipo de preconceito. Sinalizando uma ausência de reconhecimento geral de sua existência, atrapalhando também seu enfrentamento, como assegura Guimarães, “o grande problema para o combate ao racismo no Brasil consiste na eminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe” (2012).

Entretanto, a ideia de “democracia racial” não se efetivou, sendo transformada em um mito, a partir dos estudos desenvolvidos a partir da década de 1950, com o patrocínio da UNESCO. Os resultados dessas pesquisas revelaram que havia muito preconceito no Brasil e que a crença na existência de uma “democracia racial” servia para esconder a realidade do país

em termos de relações raciais e funcionava, na verdade, como um mecanismo que barrava a possível ascensão da população negra. Afirmando, ainda que no país havia sim preconceito racial e que as relações interétnicas não eram tão harmoniosas como apregoava Freyre desde a década de 1930.

A relevância deste artigo é abordar a violência com o recorte racial no próximo tópico discute acerca da reivindicação de raça e gênero para abranger como estas classes aparecem de forma articulada no fenômeno da violência de gênero.

4 FEMINISMO NEGRO E SEU EXERCÍCIO REIVINDICADOR DIANTE A ARTICULAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO

Reivindicar a interface de gênero e raça parte do Feminismo Negro, um movimento tanto teórico e prático surgido, especialmente, a partir da verificação de que o feminismo em suas vertentes clássicas não foi capaz de apreender que as mulheres aperfeiçoam um conjunto heterogêneo e distinto e que opressão é vivenciada de forma diferente para os assinalados grupos de mulheres, e que por isso faz-se imprescindível articular a opressão de gênero a outras opressões, como de classe e de raça.

De forma sucinta, a luta feminista pode ser dividida em dois momentos, no primeiro está a luta para a obtenção da igualdade social, política, educacional, jurídica e econômica em relação aos homens. Já no segundo período, situado no fim do século XX ao início do século XXI, é caracterizado por uma luta em defesa do reconhecimento, tanto político quanto jurídico, da diferença e das identidades particulares. Neste segundo período, surgem problematizações advindas de diversos segmentos, campos de atuação e/ou de grupos em processo de organização – pluralizando o feminismo – trazendo questionamentos e críticas e a inclusão de outras discussões, novas reflexões e novas reivindicações.

Barbosa (2010), assegura que as concepções teóricas do feminismo negro nos Estados Unidos são oferecidas por autoras como bell hooks e Patricia Hill Collins, e estas trazem elementos como:

a intersecção das categorias de raça e gênero como um aspecto que marca a diferença nas experiências de mulheres; a crítica ao feminismo enquanto teoria e prática, sobretudo a dificuldade em reconhecer a diversidade interna ao movimento, em particular a questão racial (BARBOSA, 2010, p. 1).

A organização política das mulheres negras no Brasil se deu a partir de sua participação,

tanto no movimento negro como no movimento feminista, ainda na década de 1970, consolidando-se na década posterior. O acúmulo de reflexões, sobretudo, acerca de como as questões que as atingiam eram tratadas, além da invisibilidade política em ambos os movimentos, já que o movimento feminista pautava-se numa “suposta” igualdade entre as mulheres, e o movimento negro, nem considerava as diferenças entre homens e mulheres (RIBEIRO, 2005).

Assim sendo, na visão de Moreira, o movimento de mulheres negras ou a organização das mulheres negras brasileiras “é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista, e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnicorracial e de gênero” (MOREIRA, 2011).

Porém, foi a relutância do movimento feminista e do movimento negro em reconhecer e acolher as proposições das mulheres negras que demarcou prioritariamente a trilha (destas) rumo a uma organização política independente. Para as feministas negras naquele momento era impensável que o feminismo não incluísse as discussões raciais no enfrentamento das desigualdades de gênero. Nessa direção, Xavier (2010) diz que:

A crítica do movimento de mulheres negras aos outros movimentos vai ao encontro ao não rompimento ético com os privilégios gerados por estes sistemas de opressão e a essa universalização que torna invisível a presença e a contribuição das mulheres negras como sujeitos políticos (XAVIER, 2010, p. 29).

Na análise e construção histórica da trajetória organizativa das mulheres negras no Brasil, adotamos como referência o período que vai do final da década de 1970 ao ano 2001, focando a mobilização a partir do movimento feminista. Considerando, que o processo organizativo ainda está em andamento, indetifica que no período citado concentram-se episódios significativos, a exemplo de conferências internacionais e encontros nacionais, que determinaram e consolidaram o Movimento de Mulheres Negras no Brasil.

Contudo, esse recorte temporal refere-se a organização enquanto movimento feminista, uma vez que as mulheres negras, individual ou coletivamente, acumulam um histórico de resistências, com experiências em lutas organizadas e participação em diferentes movimentos em distintos períodos da história do país. Como nos informa sabiamente Xavier (2010):

[...] elas lideraram diferentes formas de organização social, política e cultural, a exemplo dos quilombos, das caixas para financiar a liberdade de pessoas escravizadas, das irmandades, das religiões de matriz africana, dos grupos culturais, entre outros (XAVIER, 2010, p. 34).

Sendo assim, historicamente as mulheres negras vêm lutando contra o poder patriarcal e o racismo. Nesse sentido, as mulheres negras buscam o direito de protagonizar sua luta, sobretudo o direito de falar de si e por si, legitimado por suas experiências, não somente, o sofrimentos, as dores, a discriminação, mas também a luta de resistência com estratégias organizadas desenvolvidas ao longo de sua trajetória. Collins (2001) vem afirmar que as mulheres negras possuem uma tradição feminista, expressa na consciência sobre a intersecção de raça e classe na estrutura de gênero.

Essa tradição é constituída em torno de cinco temas essenciais que caracterizariam o ponto de vista do feminismo negro, que são: o legado de uma história de luta; a natureza interligada de raça, gênero e classe; o combate aos estereótipos; a atuação como mães, professoras, líderes comunitárias e a política sexual (COLLINS apud BAIROS, 2005).

Portanto, a contribuição intelectual ao feminismo, de acordo com Collins (apud BAIROS, 2005) não pode ser só aquela que vem do conhecimento exteriorizado pelas mulheres que gozam do reconhecimento acadêmico, mas também aquele trazido pelas mulheres que pensaram suas experiências cotidianas como mães, professoras, empregadas domésticas, cantoras, compositoras, militantes pelos direitos a liberdade, entre outras. Nessa direção, Patricia Hill Collins define o Pensamento Feminista Negro como:

Um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade [...] ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem (COLLINS apud BAIROS, 2005, p. 462).

No entanto afirma Carneiro (2013) que no enredo brasileiro, o feminismo negro acarreta para o âmbito político e teórico uma aparência que põe em tema a peculiaridade da concepção histórica, econômica, social e cultural do Brasil e da condição da pessoa negra, não sendo aceitável ponderar em ações políticas interventivas sem considerar a desigualdade racial. Em palavras distintas, não se pode lutar pela igualdade entre homens e mulheres, direitos reprodutivos, fim da violência às mulheres, liberdade sexual, entre outras frentes, sem ter como eixo unificador do processo de mobilização, o racismo e seus impactos na vida de todas as mulheres em geral, e como não poderia deixar de ser, na vida das mulheres negras.

No início do século XXI, ano 2000, o movimento das mulheres negras no Brasil deu marcha expressiva em adereço à sua organização. Significou o processo preparatório à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada pela ONU na África do Sul em 2001 (“Conferência de Durban”) que seu

preparo em nível nacional foi concretizada a partir da concepção da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), que alimenta ação com atos articulados com organizações negras de todo o país. Além da AMNB as mulheres negras no Brasil encontram-se organizadas em sindicatos, em associações comunitárias, núcleos de estudos e também no Fórum Nacional de Mulheres Negras.

5 A LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006): NOVO MARCO PARA A CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

A violência doméstica foi reconhecida como tipo penal, com a aprovação da Lei 10.886/2004 a partir da alteração do artigo 129 do Código Penal (que trata da lesão corporal) incluindo na sua redação os parágrafos 9º e 10º com a seguinte redação: §9º – Violência doméstica – Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: pena: detenção de seis meses a um ano; e § 10º – Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo 14, se as circunstâncias são as indicadas no §9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (BARSTED, 2014).

Contudo era abordada até 2006, conforme a Lei 9.099/95, que por privilegiar a conciliação colaborava para que os processos ficassem encerrados e os agressores pagassem multas e fossem livres de antecedentes criminais. Esta lei que trazia como objetivo acabar com a lentidão da justiça, mas “acabou por beneficiar o autor de crimes de violência doméstica” (BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2002), quem cometesse violência doméstica contra as mulheres, quando condenados tinham como pena o pagamento de cestas básicas e/ou prestação de serviço à comunidade. A derrota desse conceito de delito de menor potencial sempre foi discutida pelo feminismo como algo que só reforçava a violação dos direitos humanos das mulheres.

Embora vigorando no país uma Constituição Federal (CF/88) reconhecida como um marco para os direitos das mulheres por acarretar inovações aos direitos, sobretudo, o discernimento da igualdade entre homens e mulheres, e por antevê a responsabilização do Estado pela violência ocorrida nos lares e nas relações afetivas. E mesmo sendo subscritor de distintos utensílios de proteção às mulheres e punição da violência contra as mulheres e

inserindo diversas ações de enfrentamento ao problema, o Brasil se delongou em criar uma legislação que contestasse adequadamente à questão.

Para a elaboração de uma nova legislação foi formado um consórcio de entidades feministas e juristas, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), para estudar e elaborar uma minuta de projeto de lei integral que estabelecesse a prevenção, punição e erradicação da violência doméstica familiar. A SPM também coordenou o Grupo de Trabalho Interministerial, constituído pela Advocacia-Geral da União; os Ministérios da Saúde e da Justiça; a Casa Civil da Presidência da República e as Secretarias de Segurança Pública, dos Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para a elaboração do projeto de lei nº4.559, de 2004 que foi encaminhado ao Congresso pelo então presidente da República, sendo aprovado pelo Senado Federal (PLC 37/06) em julho de 2006 (CAVALCANTI, 2010) e no mesmo ano em agosto foi sancionada a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, entrando em vigor no dia 22 de setembro do ano de 2006.

Conforme o Art. 5º, a violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. E pode acontecer no a) âmbito da unidade doméstica, na residência onde convivem parentes ou não, incluindo pessoas que frequentam ou são agregadas; b) no âmbito da família, cujo conceito é entendido como comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa e c) em qualquer relação íntima, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e de orientação sexual.

Já o Art. 7º traz a definição das distintas formas da violência doméstica e familiar cometida contra as mulheres.

I – Violência Física – “Entendida como qualquer conduta que ofenda a sua integridade ou saúde corporal”. [Pode ser caracterizada por socos, chutes, mordidas, sufocamentos, queimaduras, facadas, qualquer outra lesão corporal e homicídios]; II – Violência Psicológica – “Qualquer conduta que lhe cause dano emocional ediminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças, e decisões”. [A violência psicológica se expressa por meio de privações, humilhações, constrangimentos, insultos, palavrões, ameaças constantes, entre outros]; III – Violência Sexual – “Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força”. [Acontece quando a mulher é forçada a manter relação sexual com o seu parceiro, por que é o “papel” dela, de servi-lo quando ele quiser, é também comum a proibição do uso de qualquer método contraceptivo, por parte do companheiro, marido, namorado]; IV – Violência Patrimonial – “Qualquer conduta

que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens ou valores” e V – Violência Moral – “Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (CFEMEA, 2007 p. 16).

Para uma sociedade, da qual relações constituíram na base do patriarcalismo, com subordinações dos homens sobre as mulheres, sustentando-se até os dias de hoje linhas intensas dessa construção, essa definição contribui para ampliar a compreensão de que essa prática, tão comum nas relações afetivas, se constitui crime e que a violência não se restringe apenas às agressões físicas. É necessário salientar as diferentes formas de violência, frequentemente, ocorrem de modo simultâneo, sobretudo, a violência física, nos relacionamentos íntimos, que normalmente é seguida por abusos psicológicos e sexuais.

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para reprimir a violência doméstica e familiar contra as mulheres; tipificou a violência e alterou o Código Penal Brasileiro. O juiz pode decretar prisão de agressores, que forem pegos em flagrante e em caso de ameaça a integridade física da mulher, mesmo não estando em flagrante, pode ter a prisão preventiva decretada. A lei prevê também medidas de proteção, para a mulher em situação de violência que estão correndo risco de vida, com o afastamento do agressor de casa e a proibição do mesmo de se aproximar fisicamente da mulher agredida e dos/as filhos/as (CFEMEA, 2007).

De acordo com Santos,

Esta lei reforça a abordagem feminista da criminalização e propõe, em simultâneo, um tratamento multidisciplinar, estabelecendo medidas protetivas e preventivas – além das criminais – para o enfrentamento da violência doméstica (SANTOS, 2010, p. 162).

Nesse mesmo pensamento, Pasinato (2010) afirma, a Lei Maria da Penha “reflete as ideias feministas e as lutas pela conquista dos direitos para as mulheres” e anuncia a apreensão com “uma abordagem integral para o enfrentamento à violência contra as mulheres com as medidas nas três dimensões de enfrentamento: o combate, a proteção e a prevenção” (PASINATO, 2010). Wânia Pasinato descreve o significado desses três eixos:

O **primeiro** eixo é da **punição**, [...] Neste eixo estão procedimentos como a retomada do inquérito policial; aplicação de medidas de prisão em flagrante delito, preventivamente ou como decorrente de decisão condenatória; a proibição da aplicação de penas alternativas, a restrição da representação criminal para determinados delitos e o veto para a aplicação da lei 9099/95 a qualquer crime ou contravenção que se configure como violência doméstica e familiar contra a mulher.

No **segundo** eixo encontram-se medidas de **proteção** da integridade física e dos direitos da mulher que se executam através de um conjunto de medidas de urgência para a mulher aliado a um conjunto de medidas que se voltam ao seu agressor. [...] medidas de assistência, o que faz com que a atenção à mulher em situação de violência se dê de forma integral, contemplando o atendimento psicológico, jurídico e social. [...] no **terceiro** eixo, estão as medidas de **prevenção** e de educação, compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a reprodução social do comportamento violento e a discriminação baseada no gênero. A articulação dos três eixos depende, em certa medida, da criação dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que devem se organizar para que esses três eixos sejam operacionalizados de forma articulada, proporcionando às mulheres acesso aos direitos e autonomia para superar a situação de violência em que se encontram (PASINATO apud RELATÓRIO OBSERVE, 2009, p. 26).

É uma nova ótica que se instaura, e dentre as inovações trazidas pela Lei Maria da Penha, está a orientação para que sejam criados, se necessário, Juizados de Violência Doméstica e Familiar para tratar da violência doméstica e familiar conforme disposto no Art. 14:

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, LMP, 2012).

A Lei refletiu a ideia de nivelamento como fenômeno que atinge as mulheres da mesma forma, permanecendo o conceito da “mulher” como indivíduo genérico. Contudo, a Convenção de Belém do Pará (1994) clama importância sobre as diferenças viventes entre as mulheres e indica que é preciso analisar as vulnerabilidades destas, principalmente, as condições e aos contextos, levando em consideração questões de raça, geração, origem étnica ou condição de migrante, entre outras. O Art. 2º da referida legislação vem reafirmar ao contrário quando diz:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL. SPM, 2012).

Ao ponderarmos a legislação verifica que no conteúdo da lei, as questões relativas à raça são precaríssimo pontuadas, foi apontado, somente três referências, uma no 2º artigo, acima citado e duas no artigo 8º incisos VII e VIII - que trata da capacitação e de programas

educativos.

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de **raça** ou etnia; e VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de **raça** ou etnia (BRASIL. SPM, 2012).

Uma observação feita no artigo 9º da Convenção de Belém do Pará (1994), de que o Estado-Parte deve analisar as fragilidades dos distintos grupos de mulheres, Gomes (2006) explana que “isso significa que a produção e a aplicação da legislação nacional deve dar status legal a tal inserção e à adoção plena da legislação internacional que caminha para o mesmo objetivo”. Ou melhor, tal observação devia ter sido acatada na elaboração da Lei 11.340/06.

6 MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA: ALGUMAS PONDERAÇÕES

É veraz concluir que as mulheres negras no Brasil têm uma história de violação de direitos, com diferentes manifestações de violência vivenciadas por estas ainda no período colonial, quando foram sujeitadas à escravização e exploradas, não apenas física e laboralmente, mas, sobretudo, sexualmente. Entretanto, tais violações não se limitam ao passado, ao contrário, seguem ocorrendo de variadas formas, como informa ALBERTO, a exploração das mulheres negras existe:

[...] desde o sistema escravocrata, quando as mulheres negras exerciam o papel de “simples” objetos sexuais e, muitas vezes, eram estupradas, violentadas e espancadas pelos senhores. Hoje, o exemplo mais característico dessa dupla violação está na forma como as mulheres negras são tratadas no âmbito do trabalho doméstico – com desrespeito, sendo vítimas do abuso, violência sexual e física na casa dos patrões (ALBERTO 1998, p.68)

Nessa argumentação, as autoras bell hooks (1995) e Lélia Gonzáles (1984) citam pertinentes contribuições e refletindo acerca das heranças deixadas por esse entrosamento sobre as mulheres negras, apontando os prejuízos arcados pelas mulheres negras até os dias de hoje hooks (1995) faz uma alteração sobre intelectuais negras pautando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras diante aos trabalhos que exijam mais do raciocínio e não de força física ou de cuidados maternos. Conforme o entendimento desta autora, se estabeleceu um ideal de mulheres negras, onde suas qualidades diferem das necessárias para tarefas em trabalhos intelectuais, ou seja, estas são olhadas como símbolo sexual, tidas como bastante distante da

vida mental.

hooks assevera que essa ótica de que as mulheres negras são exclusivamente úteis para servir, encontra “atuação conjunta do sexismo e do racismo [...] que perpetuam uma iconografia de representação da negra”. (hooks, 1995), tal pensamento é confirmada por Bertúlio (2001), quando discute que “Esse processo de construção da imagem negra em nossa sociedade impacta a vida dos indivíduos negros em todas as suas interrelações na sociedade”.

Para Lélia Gonzáles (1984) historicamente a representação das mulheres negras remete a três noções, a “mulata”, a da “mucama/doméstica” e a da “mãe preta”, ambas são impregnadas de conteúdos ligados à hipersexualização, ao trabalho, e aos cuidados maternos, respectivamente. Modelos esses que vinculam as mulheres negras a uma imagem inferiorizada, negativa, estereotipada aludindo à violências, dentre estas, a violência simbólica que atinge as mulheres negras, sobretudo, pela estética negra, que é altamente desvalorizada, o que Carneiro (2013) chama de “hegemonia da branquitude, presente no imaginário social e nas relações concretas”.

Nesse campo, a mídia aparece como expressiva veiculadora e reforçadora, pois como já foi dito, o racismo no Brasil se expressa, sobretudo, com base no fenótipo (MOORE, 2007), ou seja, a partir da concentração de melanina e dos traços morfológicos. Dentre esses traços, o cabelo das mulheres negras, tanto nos EUA como Brasil, se constitui um elemento definidor da raça. Para as autoras Gilliam e Gilliam (1995):

De todas as características físicas, é o cabelo que marca a “raça” e o que mais significa para a mulher. Os conceitos de “cabelo bom” e “cabelo ruim” estão localizados no mesmo contexto de significação cultural para todas as economias de plantaçãocolonial (GILLIAM e GILLIAM, 1995, p. 533).

A superação da forma como a população negra em geral e as mulheres negras, em específico têm sido vistas socialmente se constitui uma luta do feminismo negro e de acordo com Carneiro (2013) espera-se “que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e habilidades que ela pode exercer”, ou seja, que as vejam como pessoas com capacidades para além da marca de um passado histórico, bem como que se reconheçam outros significados dessa estética, pois para as pessoas negras o cabelo crespo também “carrega significados culturais, políticos e sociais importantes e específicos que os classificam e os localizam dentro de um grupo étnico/racial” (GOMES, 2006).

Porém, é aceitável dizer que ao caminhar que as mulheres negras sobrecarregam essa herança negativa há de afirmar que elas também detêm um histórico de resistências frente às adversidades, seja quando estavam nas casas grandes, nas senzalas, tendo que lidar com as investidas dos senhores, sujeitando a castigos físicos, a ter relações sexuais; ou posteriormente

para conseguir comprar suas cartas de alforrias para si e seus familiares vendiam quitutes.

Desta forma, mesmo que a violência contra as mulheres tenha sido qualificada de perversamente democrática, por ocorrer nas diferentes camadas da sociedade e atingir mulheres de todas as idades e classes sociais, de diferentes grupos raciais e variado grau de escolaridade. A reflexão posta aqui se pauta numa afirmação de que se as pessoas e os contextos são diferentes, tal fenômeno não deve atingir todas as mulheres da mesma forma, especialmente, na sociedade brasileira em que as trajetórias das mulheres de distintos grupos raciais foram traçadas de formas diversas e as relações sociais foram construídas com base num patriarcalismo sexista e racista.

Dando ênfase ao pensamento de Crenshaw (2012) chamando a atenção sobre a urgência de se perceber que as identidades sociais das mulheres tais como: classe, raça, casta, cor “são diferenças que fazem a diferença” na forma como os distintos grupos de mulheres vivenciam a discriminação de gênero. Uma vez que para as mulheres negras o racismo e o sexismo operando juntos geram consequências calamitosas para suas vidas que vão desde a invisibilidade política à dificuldade de acesso a bens e políticas públicas, pois conforme Carneiro (2014):

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras cria uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. [...] Essas práticas discriminatórias consubstanciam o ‘matriarcado da miséria’¹²⁹ que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil (CARNEIRO, 2004, p. 76).

Para Carneiro (2004), o “matriarcado da miséria”, se efetiva pelas práticas racistas funcionando como limitadoras de acesso e colocando as mulheres negras em situação de maior vulnerabilidade em vários campos, reflexão corroborada por Nascimento (2013), “as desigualdades sociais se configuram de acordo com a diferenciação racial operativa em muitas sociedades”.

As mulheres negras somam mais de 50 milhões de pessoas no Brasil (AMNB, 2018) e em relação a dados sobre a ocupação de cargos que recebem altos salários, ocupação de cargos de decisão, política, atuação na mídia, entre outros, estas estão são sub-representadas. Por outro lado, dados referentes à mercado de trabalho informal, pobreza, chefia de família, moradias precárias e pouco acesso a bens e serviços, estas se encontram no topo dos índices negativos. Alguns dados ilustram tais colocações: Taxa de escolarização – em 2004 para as mulheres brancas era de 17,4%, para as mulheres negras a taxa era de 6%; Mercado de trabalho – 90% dos empregos domésticos são ocupados por mulheres e deste percentual mais de 82% são de mulheres negras (AMNB, 2018).

Grande parte das mulheres atingidas pela violência está na faixa etária entre 20-29 anos

e que 68% dos casos de violência contra as mulheres ocorrem nas residências, ou seja, “é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência experimentadas pelas mulheres” (WASELFISZ, 2011). Dados demonstram ainda que a incidência da violência contra as mulheres no país permanece alta, num rol de 80 países pesquisados, o Brasil aparece no 7º lugar em número de assassinatos (WASELFISZ, 2011). Esta pesquisa identificou também, que se registrou um leve declínio do número e das taxas de homicídio de mulheres no ano seguinte à promulgação da lei Maria da Penha (setembro de 2006), contudo identificou que já a partir de 2008, “a espiral de violência retoma os patamares anteriores, indicando claramente que nossas políticas ainda são insuficientes para reverter a situação” (WASELFISZ, 2011).

Em julho de 2008, pesquisa realizada pelo IBOPE/THEMIS revelou o perfil das mulheres que entram em contato com o serviço Central e constatou que as mulheres que sofrem violência são negras (37,6%); jovens, com idade entre 20 e 40 anos (52,6%); casadas (23,8%) e cursaram parte ou todo o ensino fundamental (32,8%).

As mulheres pretas e pardas são a maioria entre as vítimas de homicídio doloso (55,2%), em tentativas de homicídio (51%), em crimes de lesão corporal (52,1%) e em casos de estupro e atentado violento ao pudor (54%). As brancas figuraram como maioria, apenas, nos crimes de ameaça (50,2%). Também o Dossiê Mulher/2012139 evidenciou que as mulheres negras continuam sendo as mais atingidas em relação a crimes de estupro, sendo 54,4% contra 37,3% de mulheres brancas atingidas.

Diante do quadro, Sueli Carneiro (2003) diz que as mulheres negras buscam alargar o conceito de violência contra as mulheres para além da agressão física e do abuso sexual, com a introdução do conceito de violência racial entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Nessa ótica, Rabenhorst (2012) traz advertências acerca de como tem sido tratado o problema da violência contra as mulheres, alertando para a necessidade de considerar na análise do problema, uma “perspectiva de interdependência dos fatores de dominação e exploração”, uma vez que os levantamentos estatísticos têm traçado um perfil das mulheres atingidas, que remete a intersecção de diferentes eixos de subordinação. Esse perfil revela que as mulheres que são atingidas pela violência “são jovens, negras, de baixa renda e de classe social menos favorecida”.

Dessa forma, ao fazer a leitura dos dados quantitativos, percebe-se que a maioria das mulheres atingidas pela violência doméstica e familiar possui ascendência negra (65%) demonstrando, em consonância com outras pesquisas, que esse grupo racial é mais passível de ser vitimado por este tipo de violência. E por que esse grupo de mulheres?

A resposta pode estar na afirmação de Werneck, de que “nas sociedades racistas meninas, adolescentes e mulheres negras, vão experimentar diferentes formas de violência, em

patamares mais altos que o vivido pelas meninas, adolescentes e mulheres brancas” (WERNECK, 2010). Ou no reconhecimento trazido na Declaração de Durban (2001).

O racismo se apresenta de forma diferenciada para mulheres e meninas, e que pode estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos (BRASIL, MINC, s/d, p. 29)

Esse reconhecimento se constitui um aspecto basilar para essa análise e corrobora para a alteração do entendimento acerca da violência contra as mulheres como um fenômeno universal que “atinge todas as mulheres...”. Defende-se que se trata de um fenômeno amplo, de grandes proporções, mas que não atinge todas as mulheres da mesma forma. Ou seja, há outros elementos que agravam ou determinam sua ocorrência de forma diferente pra grupos raciais distintos, o racismo é um deles.

7 CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo procurou-se debater o fenômeno da violência doméstica e familiar ocorrida contra as mulheres e tendo como ênfase a sua relação com o racismo, trazendo assim o tema além dos aspectos de gênero. A pesquisa foi feita com levantamento de análise documental e bibliográfico.

O desenvolvimento dessa pesquisa elencou diversos desafios, arriscou-se trabalhar de forma articulada as categorias gênero e raça, dada a complexidade de ambas; diz respeito à pouca produção existente acerca da violência doméstica e familiar com recorte racial, detectado a partir da revisão bibliográfica. Adota-se a necessidade de continuidade da pesquisa com vistas a apreender novos elementos do fenômeno em questão. Contudo a mesma se justifica pela pertinência do tema que é bastante presente nas relações sociais brasileiras.

Ao decorrer do desenvolvimento do estudo foi traçada a discussão acerca da relevância da articulação de gênero raça neste fenômeno aceito que tais categorias são marcadores sociais equivalentes na estruturação das desigualdades e que decidem a posição dos indivíduos na sociedade. Sendo assim, o entendimento de raça no ponto de vista sociológico e da mesma maneira, ao entendimento de gênero como categoria de análise.

O trabalho ponderou-se nos ideais do feminismo negro para fundamentar a iminência da articulação de gênero e raça tanto na luta antirracista e feminista como para intervenção na agenda governamental.

Considerando que a violência contra as mulheres se configura como uma violação dos direitos humanos, o estudo trouxe discussões acerca dos instrumentos internacionais de

proteção, sobretudo, os que pautam questões relativas aos direitos das mulheres e ao enfrentamento ao racismo. Tais instrumentos trouxeram definições sobre violência contra as mulheres e a discriminação racial e influenciaram a criação de medidas para o enfrentamento dessas problemáticas. Dentre estas medidas, está a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), uma legislação específica que criminalizou a violência doméstica e familiar cometida contra as mulheres e se configura o mais importante mecanismo para o enfrentamento da violência contra as mulheres, principalmente, por que reúne as dimensões punitiva, protetiva e preventiva da violência contra as mulheres.

Ao estudar a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres notou-se que o tratamento dado as questões de gênero está solidificado, ao passo que as questões raciais carecem ser incorporadas de fato, uma vez que se tem a compreensão de que apenas a citação dos termos raça, racial, racismo e afins num documento oficial não significa que tal perspectiva fora incorporada.

Por fim, mesmo com os avanços no campo do enfrentamento a violência contra as mulheres, quando se fala no direito das mulheres negras a uma vida sem violência, uma dimensão do enfrentamento ao problema ainda precisa ser robustecida, a dimensão preventiva.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

BRASILEIRAS(AMNB). **Construindo a equidade**: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.amnb.org.br>. Acesso em: set. 2020.

BARBOSA, Licia Maria de Lima. Feminismo negro: notas sobre o debate norteamericano e brasileiro. In: **Seminário Fazendo Gênero 9**, 2010, FlorianópolisSC. GT: Mulheres negras e suas diversas formas de organização nos contextos urbano e rural no Brasil. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>>. Acesso: 09 Jul. 2020.

BARROS, José d'Assunção. **Igualdade, desigualdade e diferença**: em torno de três noções. Anál. Social [online]. 2005, n.175, pp. 345-366. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n175/n175a05.pdf>>. Acesso: 23 Jul. 2020.

BARSTED, Leila Linhares. **A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil**. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito/Revista do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, João Pessoa, v. 1, n. 1, jan. 2014.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Racismo, Violência e Direitos Humanos**: Considerações sobre a Discriminação de Raça e Gênero na sociedade Brasileira, 2001. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/ARTIGOS/membros/dora/dora02.pdf>> Acesso. 20 set 2020.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Censo do ano de 2018. site institucional www.ibge.gov.br

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 17 Nov. 2020.

_____. **Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras**. Plataforma Política Feminista. Brasília: CFEMEA. 2002.

_____. **Lei Maria da Penha. Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM**. Brasília, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud. av. [online]. 2013, vol.17, n.49 ISSN 0103-4014.

_____. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003 (sem paginação) ASHOKA Empreendimentos Sociais/TAKANO Cidadania. <www.unifem.org.br>. Acesso em 05 Ago. de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, 2012.

CURIEL, Ochy. **Identidades Essencialistas o Construcción de Identidades Políticas**: El dilema de las feministas negras. Rev. Otras Miradas - Vol. 002 - Nº 2. 2007. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/22805/1/articulo2_4.pdf>. Acesso: 17. out. 2020.

GILLIAN, Angela; GILLIAN, Onik'a. **Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil**. Estudos Feministas, n. 2. 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2006. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>>. Acesso: 10 Ago. 2020

GONZÁLES. Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em:<

<http://xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1123062368/name/RACISMO+E+SEXISMO+NA+CULTURA+BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 17 Jul. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. 2ª edição. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2015.

hooks, bell. **Intelectuais Negras**. Trad. Marcos Santarrita. Revista Estudos Feministas, V.3, nº 2, Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, jun/dez 1995.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2015. (Textos Didáticos, n. 48).

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://archive.org/details/scott_gender>. Acesso 21 out. 2020

MATTOS, Patrícia **O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. UFSJ/2016. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com>. Acesso em 13. set. 2020.

KERGOAT, Daniele. GALERAND, Elsa. **O Potencial subversivo da relação das mulheres com o trabalho**. Revista Cadernos de Crítica Feminista. 2010. Ano IV nº 3, dez 2010.

LOPES, C. **Relatório de desenvolvimento humano no Brasil: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD Brasil, 2015.

SKIDMORE, Thomas E.. **Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil**. Tradução Tina Amado. Cad. Pesquisas. n.79. 1991.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras:** de Bertioga a Beijing. Revista Estudos Feministas, IFCS/UERJ. Volume 3 – n. 2 – Rio de Janeiro, 2005.

XAVIER, Lúcia. **Dimensões do Racismo no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres e Adolescentes**. XIV Fórum Interprofissional sobre Violência contra a Mulher e Implementação do Aborto previsto em Lei. II Oficina da Rede Nacional de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e Sexual. 2010 - Expominas - Belo Horizonte/MG. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/racismo_bh.pdf>. Acesso: 24 set. 2020.

BARROS, José d'Assunção. **Igualdade, desigualdade e diferença**: em torno de três noções. Anál. Social [online]. 2001, n.175, pp. 345-366. Disponível em:

<<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n175/n175a05.pdf>>. Acesso: 23 ago. 2020

_____. **Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras**. Plataforma Política Feminista. Brasília: CFEMEA. 2007.

_____.Ministério Da Relações Exteriores. Relatório Nacional Brasileiro. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Protocolo Facultativo. Brasília. 2002.



Faculdade de Jussara – FAJ

Compromisso com o futuro!

Rod. BR-070, km 24, saída para Goiás, telefax (62) 3373-1219, CEP 76270-000 - Jussara – GO.

DECLARAÇÃO DE TRADUÇÃO DO RESUMO (ABSTRACT)

Eu, **Sandrerlene de Fátima Januário Silva**, casada, CPF nº 591.314.891-68, Carteira de Identidade nº. 1214358-8, graduado (a) em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, portador (a) do diploma de nº 28870, devidamente registrado no Ministério da Educação, declaro para a Faculdade de Jussara (FAJ), que traduzi o resumo do trabalho (Abstract) de conclusão de curso de Graduação do discente **Gabriele Fagundes de Medeiros**, intitulado **“MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA”** do curso de Bacharelado em Direito. Declaro ainda que o presente trabalho de conclusão de curso encontra-se de acordo com as normas ortográficas e gramaticais vigentes.

Jussara, 19 de novembro de 2020

Sandrerlene de Fátima Januário Silva

Nº de registro (se houver)

